



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS**  
**COORDENAÇÃO DE CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A PERSPECTIVA DA DIPLOMACIA AMERICANA SOBRE A DEMOCRACIA NO  
PAQUISTÃO**

**FELIPE DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES**

**Brasília**  
**Março 2009**

FELIPE DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES

A PERSPECTIVA DA DIPLOMACIA AMERICANA SOBRE A DEMOCRACIA NO  
PAQUISTÃO

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB sob a orientação de Delmo Arguelhes.

Brasília  
Março 2009

FELIPE DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES

A PERSPECTIVA DA DIPLOMACIA AMERICANA SOBRE A DEMOCRACIA NO  
PAQUISTÃO

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB sob a orientação de Delmo Arguelhes.

Brasília, de abril de 2009

**Banca Examinadora**

---

**Prof. Delmo Arguelhes**  
**Orientador**

---

**Examinador**

---

**Examinador**

## RESUMO

Este trabalho tem como proposta concatenar o posicionamento da diplomacia dos Estados Unidos acerca da democracia no Paquistão. Após o 11 de setembro, os EUA lideraram um levante diplomático e militar para combater o terrorismo – um fenômeno que amedronta as populações mundo afora através de ataques surpresa. Contudo, esta nova política estadunidense reflete as ações intervencionistas que os Estados Unidos já vinham praticando em outros contextos. Nesse sentido, surge uma peça imprescindível para a guerra contra o novo inimigo externo norte-americano, o general Pervez Musharraf. Sendo assim, este trabalho pretende analisar as transformações ocorridas no país no que tange ao discurso democrático para o Paquistão. Este trabalho fará uma análise interpretativa dos discursos proferidos pelos representantes da diplomacia americana nos governos dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush acerca do desenvolvimento dos alicerces democráticos para o governo militar de Pervez Musharraf de 1999 até a sua deposição em 2008.

**Palavras-chave:** Paquistão. Democracia. 11 de Setembro. Estados Unidos. Pervez Musharraf.

## **ABSTRACT**

The present paper intends to understand the position of the United States diplomacy on democracy in Pakistan. After the 9/11 events, the USA have led a diplomatic and military movement against terrorism – an attitude that frightens populations around the world through surprise attacks. However, this new American policy reflects the interventionist actions that the United States had already performed in other contexts. Thus, a new essential element for the war on the new enemy appears, general Pervez Musharraf. Therefore, this paper intends to analyze the transformations related to democratic ideas in the country. The text will make an interpretative analysis of speeches of representatives of the American diplomacy during the Bill Clinton and George W. Bush administrations on the development of democratic bases for the government of Pervez Musharraf, from 1999 up to his overthrow in 2008.

**Key-words:** Democracy. Pakistan. Pervez Musharraf. September 11th. United States of America.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 A DOMINAÇÃO OCIDENTAL NA ÍNDIA.....	8
1.1 A expansão marítima no Oceano Índico (1498-1750).....	8
1.2 O período da conquista européia: Portugal, Holanda e Inglaterra.....	16
1.3 Rainha Vitória, imperatriz da Índia.....	18
2 A INDEPENDÊNCIA NO SUDESTE ASIÁTICO.....	22
2.1 A independência do Paquistão.....	22
2.2 Conflitos na região e atuação dos presidentes nos acontecimentos.....	24
2.3 Pervez Musharraf no poder.....	36
3 A POLÍTICA DE DEMOCRACIA ESTADUNIDENSE PARA O PAQUISTÃO DE 1999 ATÉ A QUEDA DE PERVEZ MUSHARRAF.....	40
3.1 O Conceito de Democracia segundo a cartilha do Departamento de Estado.....	40
3.2 Os Estados Unidos antes do 11 de setembro e suas implicações para o Paquistão....	42
3.3 Um novo Aliado na Guerra contra o Terror: O Paquistão de Pervez Musharraf.....	46
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

## INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado pelo desenvolvimento da democracia como forma de governo predominante, desde os governos militares na América Latina até os países europeus que faziam parte da esfera de influência soviética. As transformações que ocorreram ao longo dos tempos no âmbito internacional acabaram por desvirtuar o conceito democrático praticado pelos Estados Unidos.

A democracia consiste em um modelo de participação direta ou por meio dos representantes livremente eleitos. Os seus governantes são eleitos com mandatos limitados através de eleições livres e justas, que possibilitam a participação incondicional dos partidos políticos.

Para os EUA, esse modelo de governo deveria ser copiado por todos os demais países. Eles propagam os valores da democracia como inalienáveis aos direitos do homem, independentes da cor, raça e credo. Nesse sentido, para os americanos, o homem alcançará o bem-estar quando for livre para escolher os seus representantes, expressar suas opiniões e valer dos seus direitos como cidadão.

Nessa visão, o mundo deveria se encontrar repleto de Estados capazes de suprir e proteger os seus povos de opressão, perseguição contra minorias, direitos humanos, epidemias e outros. O que se tem visto é um cenário de profunda degradação e falência de Estados que se encontram impossibilitados de suprir as necessidades básicas de sua população. Assim, esse cenário torna-se propício para o surgimento de ditadores que se sustentam em discursos nacionalistas, para assim manterem-se no poder.

Sendo assim, dentro desse novo panorama mundial, este trabalho mostrará se a política estadunidense de exportação da democracia para o Paquistão apresenta ou não contradições entre o discurso e a *práxis* voltada para o povo, para a paz e para o bom relacionamento entre as nações, para um conceito de imposição e argumento para se declarar guerras.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro consistirá em fazer uma regressão histórica aos períodos que a região, que hoje concentra o Paquistão, foi objeto de cobiça dos países imperialistas da época.

A seguir, abordar-se-á o processo de independência do Império Britânico com vistas a mostrar as conseqüências políticas do desmantelamento que originou dois Estados com realidades heterogêneas.

Por fim, o último capítulo tratará da política de expansão dos preceitos democráticos estadunidenses para o governo de Pervez Musharraf. Serão utilizados nesse capítulo os discursos dos Secretários de Estado norte-americanos da época Madeleine Albright, Colin Powell e Condoleezza Rice, respectivamente, além do documento de política externa da Casa Branca, a *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos*. Para contrapor a visão estereotipada dos significativos avanços no país, fará uso do conceito de Estados Falidos que converge com a análise sobre a situação política, econômica e social do país durante os anos de 2005 até 2008.

## 1 A DOMINAÇÃO OCIDENTAL NA ÍNDIA

Este capítulo visa discorrer acerca da dominação ocidental na Índia, demonstrando as transformações a que a região foi submetida desde o período da expansão marítima européia no Oceano Índico, seguido da conquista do território indiano até o período da instauração do império na região e as conseqüências dessa influência ocidental, posteriormente, no sistema político indiano.

A história do país, bem como do Sudeste Asiático foi marcada pela colonização européia, em especial pelos portugueses, holandeses e mais tarde pelos ingleses. Até a independência paquistanesa em 1947, a região concentrava diferentes etnias que, mais tarde, almejavam a criação de Estados independentes.

### 1.1 A EXPANSÃO MARÍTIMA NO OCEANO ÍNDICO (1498-1750)

A região gerou interesse por parte de grandes nações em diferentes épocas, sendo conhecida pela Europa desde a Antiguidade. O comércio já existia no primeiro século d.C entre o império romano e os estados da Índia do Sul. Após as primeiras Cruzadas, o interesse europeu pela Ásia aumentou; Veneza e Gênova, na época, possuíam informações sobre a economia e o comércio da Índia e no século XIII e início do século XV os europeus continuaram explorando e visitando a região.<sup>1</sup>

Foi no século VIII que a história da região ganhou projeção com a chegada de comerciantes muçulmanos na região de Sindh, uma das quatro províncias do país. O império Mongol, que dominou a região durante o decorrer dos séculos XV até meados do século XVIII entrou em colapso, o que acabou criando uma oportunidade para, mais tarde, o império britânico assumir o controle na região. Por sua vez, os britânicos substituíram as regras locais de Sindh durante a primeira metade do século XIX o que permitiu que o marajá hindu da Caxemira, uma pessoa nomeada pelos sikhs, continuasse no poder.<sup>2</sup>

O fundador do império Mongol, Babur, buscou unificar os pequenos reinos e principados em torno do seu reino por meio de valores que tratavam todos os súditos como iguais perante o governo e as leis. Por sua vez, ele conseguiu conquistar grande parte do atual

---

<sup>1</sup> PANIKKAR, Kavalam. *A dominação ocidental na Ásia*; tradução de Nemésio Salles. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.31.

<sup>2</sup> EUA, Departamento de Estado. *Histórico do Paquistão*. Disponível em: <<<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3453.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

Afeganistão até Punjab e Déli, conquistando-a em 1526. Em 1530, seu filho, Humayun assume o reinado e luta durante toda a sua vida para mantê-lo e com a sua morte em 1556, o herdeiro Akbar assume o poder. Sob novo reinado, o império mongol assiste um grande período de expansão e modernização, ao mesmo tempo em que Akbar estimulou a tolerância religiosa, incluindo a fé islâmica, budista e hinduísta na região.<sup>3</sup>

O último imperador mongol, Aurangzeb Alamgir (1618-1707), procurou estender poder aos muçulmanos em todos os lugares da Índia. Ele deu início a uma campanha contra os maratas, que mesmo vencendo-os, expôs o país a ataques de outros grupos como os persas e os afegãos. À medida que o seu império aumentava, a economia enfraquecia devido às incessantes guerras e a Companhia das Índias Orientais, um rico grupo comercial, começava a ocupar o vazio de poder.<sup>4</sup>

A partir disso, o ambiente tornou-se bastante benéfico para os britânicos que começam a anexar territórios com a promessa de proteger e ampliar o comércio dos governantes. No auge de sua dominação, eles governaram todo o subcontinente, incluindo áreas que hoje correspondem ao Paquistão, Índia e Bangladesh. Em seguida, com a queda do último imperador, a Índia deixou de ser parte da Companhia das Índias Orientais e tornou-se parte do Império britânico.<sup>5</sup>

As tropas britânicas prosseguiram nas suas conquistas e atingiram Sindi, incluindo um importante porto para as rotas comerciais. Em seguida, eles anexaram o Baluchistão e depois de 28 dias de Motim Indiano, foi fundado o Congresso Nacional Indiano, em 1885. Ele foi o primeiro partido criado no subcontinente e lutou pelo autogoverno local. Em 1906, foi criado pelos muçulmanos a Liga Muçulmana da Índia que tinha por objetivo proteger os direitos culturais, religiosos, econômicos e políticos de grande parte da população.

Segundo Panikkar, nessa época o Islã constituía um obstáculo intransponível entre a Ásia e a Europa. A vitória de Saladino resultou na implantação da dominação muçulmana em áreas de grande importância comercial como Egito e Síria. Com isso, os europeus lançaram por volta de 1218 -1221 a quinta Cruzada contra o Egito, porém sem sucesso. Mesmo com as lutas dos reinos da cristandade por dois séculos, a autoridade muçulmana no Egito e no litoral mediterrâneo não foi abalada.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> BHUTTO, Benazir. *Reconciliação: Islamismo, Democracia e o Ocidente*; tradução de Alexandre Martins Morais. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.155.

<sup>4</sup> *Idem.*

<sup>5</sup> *Idem.*

<sup>6</sup> PANIKKAR, Kavalam. *op. cit.*, p.33.

Sendo assim, as especiarias, que na época tinham um valor elevado no mercado e só podiam ser encontradas na Índia e na Indonésia, eram, cada vez mais, cobiçadas no mercado europeu e para chegar até eles, precisavam passar pelo Egito e pela Pérsia, territórios controlados pelos muçulmanos. Com isso, compreende-se que as especiarias tenham sido o principal motivo de disputa entre os Estados no Século XV. Com o desenvolvimento das missões na região, a Pérsia que na época, encontrava-se sob dominação tártara, fazia parte do Islã somente depois da conversão do Ilcanado. Assim, os italianos passaram a ter acesso direto à Índia, reduzindo os preços. Isso representou um enorme prejuízo para os egípcios, que na época lucravam como intermediários no comércio.<sup>7</sup>

Havia, por outro lado, uma rivalidade entre duas cidades: Veneza e Gênova. A primeira cidade exercia uma grande influência no Cairo, bem como um monopólio do comércio oriental na Europa. As suas instituições políticas protegiam o Estado, que por sua vez controlavam soberanamente a economia. Por outro lado, em Gênova o cenário era oposto, tendo a máquina governamental colocada a serviço dos interesses privados. A forte presença da busca do lucro pessoal na região, presente em todas as esferas, fez dos genoveses conselheiros influentes nas cortes, inovadores em técnica comercial e pioneiros de grandes descobertas nos oceanos, principalmente quando se tratava de arruinar o monopólio dos próprios venezianos.<sup>8</sup>

Ainda assim, segundo José Luís Fiori, nota-se que esse período culminou na criação dos estados nacionais, através de alianças, matrimônios e principalmente por meio da guerra. Por meio da acumulação de riquezas e, sobretudo, devido o papel que a guerra representou ao aproximar territórios e unificar populações, as fronteiras foram sendo delineadas e responsáveis, mais tarde, pelo nascimento dos mercados e economias nacionais.<sup>9</sup>

Com o objetivo de arruinar com o monopólio de Veneza e acabar com o Islã, Gênova tinha um plano de desviar as especiarias para o Golfo Pérsico, no entanto, o plano não funcionou. Mesmo assim, Gênova não desistiu de descobrir uma rota marítima alternativa para a Índia. Em 1291, Ugolino Vivaldi partiu e atravessou o estreito de Gibraltar através da costa africana rumo à Índia. Por fim, os genoveses com apoio de Portugal e Espanha, conseguiram contornar a costa da África até o cabo da Boa Esperança, alcançando assim, o oceano Índico e conseqüentemente os seus objetivos.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> *Idem.*

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>9</sup> FIORI, José Luís. *O Poder Americano*. Petrópolis; Vozes, p.55.

<sup>10</sup> PANIKKAR, Kavalam. *op. cit.*, p.35.

Após os feitos alcançados, houve na Europa um crescente desenvolvimento das técnicas de navegação. Em Portugal, o príncipe Henrique financiou e coordenou os esforços portugueses. Mas foi Manuel Pessanha, herdeiro da frota do rei, em 1317, ficou responsável por desvendar esse novo caminho para as Índias.<sup>11</sup>

Geograficamente, Portugal havia se favorecido visto que Lisboa era o porto mais avançado ao sudoeste da Europa, o que representava o centro de onde as expedições partiam. É interessante destacar que Portugal no Séc. XV se tornou o grande defensor da cristandade contra o Islã, ou seja, os objetivos das missões marítimas transcendiam os interesses na conquista e no monopólio das especiarias.

Na visão europeia, os reinos muçulmanos da época representavam uma ameaça aos seus interesses econômicos e políticos e deveriam ser combatidos até serem substituídas por alguma autoridade simpatizante aos interesses europeus. Nota-se que a igreja teve um papel crucial nessas missões como ilustrada numa bula do Papa Nicolau V em 1459 a Dom Henrique:

Sentimos uma imensa alegria em saber que nosso amado filho Henrique, príncipe de Portugal seguindo o exemplo de seu pai de ilustre memória, o Rei João, e animado, como bom soldado de Cristo, de um zelo apostólico, levou o nome de Jesus aos países mais longínquos e ignotos e reconduziu ao seio da Igreja pérfidos inimigos de Deus e de Cristo, como os sarracenos e os infiéis.

Após haver estabelecido famílias cristãs em alguma das ilhas desabitadas do Oceano, onde consagrou igrejas para a celebração dos santos mistérios, lembrou-se o príncipe que jamais ninguém – ao que houvesse lembrança – navegara pelo mar até as longínquas costas do Oriente; e pensou que não poderia dar a Deus melhor prova de sua submissão que encontrando uma rota navegável para a Índia, país ao que se sabe já sujeito a Cristo. Se ele entrar em relações com esses povos, levá-los-á a auxiliar os cristãos do Ocidente em sua luta contra os inimigos da fé. Submeterá ao mesmo tempo, com a permissão do Rei, as nações pagãs ainda não contaminadas pela peste islamita e lhes ensinará o nome de Cristo.

É por isso que, há 25 anos, sem o apoio dos exércitos portugueses, afrontando os maiores perigos e superando as maiores provas, vem percorrendo sem descanso os oceanos em suas rápidas caravelas, à procura de países novos, na direção do Pólo Antártico. Atravessou os mares, atingiu finalmente a província de Guiné e daí avançou até a foz do rio que é comumente chamado de Nilo [sic].

Após deliberarmos cuidadosamente, e considerarmos que concedemos ao Rei Afonso, por nossas cartas apostólicas, o direito total e absoluto de invadir,

---

<sup>11</sup> *Idem.*

conquistar e dominar todos os países que estão em poder dos inimigos de Cristo – sarracenos ou pagãos – desejamos, por Nossa epístola apostólica, que o mesmo Rei Afonso, o Príncipe e seus demais sucessores sejam reconhecidos como únicos senhores e possuidores das ilhas, portos e mares acima mencionados; e proibimos a todos os fiéis servidores de Cristo de usurpar sua soberania, sem a permissão do dito rei e de seus sucessores. No presente e para o futuro, todas as conquistas que se esrendam até o cabo Bojador, o cabo Não e a costa da Guiné e todo o Oriente estão sempre e até a consumação dos séculos sob a soberania do Rei Afonso.<sup>12</sup>

De fato, as expedições européias contavam com o forte apoio da Igreja, permitindo assim que Henrique alcançasse seus objetivos políticos e religiosos, o que mais tarde deveria ser o principal assunto da política européia na região.

Nesse sentido, diversas expedições marítimas se sucederam com sucesso. Em 1487, Bartolomeu Dias descobriu o cabo das Tormentas, chamado mais tarde de Cabo da Boa Esperança. Em seguida, com o caminho aberto, D. Manuel lançou uma frota com o objetivo de atingir as Índias, e em 1497 foi a vez de Vasco da Gama.<sup>13</sup>

Os navegadores e marinheiros que formavam a tripulação das missões tinham um amplo conhecimento da rota até o Cabo, o que não representou grandes dificuldades. Para ajudar no restante da viagem, Vasco da Gama foi acompanhado de um piloto indiano e pelo sacerdote Frei Pedro da Covilhã que foi o primeiro sacerdote a realizar uma missa na região. Por outro lado, relatos dizem que os marujos indianos haviam explorado o oceano Índico e a costa da África vários séculos antes e freqüentavam os portos da África oriental e Madagascar. Vale ressaltar que na época, Portugal dispunha de uma artilharia de marinha, o que representava uma grande superioridade nos mares, sendo decisivo para eles ao desembarcarem em Calicute.<sup>14</sup>

Quando Vasco da Gama chegou a Calicute em 1498, a Índia era dominada pelo império hindu de Vijaiánagar a sul de Decão que se desmantelou após sofrer uma derrota contra uma aliança entre os sultões muçulmanos do norte. Durante toda a dominação portuguesa no oceano Índico (1499-1600) os reinos da Índia eram bastante poderosos. O Islã era visto como uma ameaça à cultura e religião dos hindus. Com isso, portugueses e hindus mantinham o mesmo sentimento em relação ao Islã e isso foi decisivo para compreender as circunstâncias que levaram os portugueses a se instalarem em Goa.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.38.

<sup>13</sup> DE BARROS, João. *O Descobrimento da Índia*. 7ª ed. Lisboa: Sa da Costa, 1977, p.39.

<sup>14</sup> PANIKKAR, Kavalam. *op. cit.*, p.40.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.44.

Mesmo após a chegada de Portugal à região, os conflitos entre o Islamismo e o Hinduísmo não cessaram. Chegando a Calicute, grande centro comercial de especiarias, Vasco da Gama se deparou com algo inesperado. O reino de Calicute, conhecido também como Zamorim, tratava de maneira igualitária todos os navios, dentre eles, os árabes que eram os mais importantes. Não obstante, o Zamorim possuía uma frota bastante poderosa capaz de impor a sua autoridade ao longo de toda a costa ocidental da Índia. Portugal, por sua vez, almejava o império do comércio marítimo. Eles pretendiam monopolizar o tráfego, controlando quem poderia navegar na região e confiscando qualquer mercadoria que não possuísse permissão.<sup>16</sup>

Ainda assim, Vasco da Gama comercializou na região e ficou surpreso ao constatar o crédito que os mouros tinham na corte. De volta ao seu país, ele prestou contas ao rei, que ao saber que a cristandade se chocava com os mouros, mandou uma segunda expedição às Índias para impor a soberania portuguesa nos mares indianos.<sup>17</sup>

Mais tarde, munido de uma poderosa armada, Pedro Álvares Cabral partiu rumo a Calicute e reivindicou, sob ameaça de guerra, o direito de estabelecer uma feitoria e de uma autorização para que seus padres pregassem o Evangelho. A partir disso, o Zamorim concedeu um estabelecimento de comércio aos portugueses. Ainda sob o clima tenso, algumas exigências de Portugal deixaram a população descontente, o que resultou na morte de um grande número de portugueses. Em represália, Cabral bombardeou a cidade e após o Zamorim ter enviado uma frota de 33 embarcações com 1500 homens, o português fugiu. Em seguida, ele seguiu rumo a Cochim, onde foi recebido pelo rei que concedeu uma feitoria à Portugal.<sup>18</sup>

Nesse sentido, a rivalidade entre o cristianismo e o islamismo refletiu em regiões como Calicute, que mantinha relações com a Europa e, principalmente, com os árabes. Na tentativa de prejudicar ainda mais o Islã, Portugal lançou seu poderio naval com a finalidade de restabelecer a “ordem”, minando a influência dos mouros, assim como pregar o evangelho e manter o controle em uma região de grande importância política e comercial. No entanto, os portugueses se depararam com um reino capaz de fazer frente à sua política belicista e conquistadora.

Em 1542, inicia-se o período da supremacia portuguesa, período no qual os conquistadores voltaram-se em tirar o máximo proveito comercial no litoral de Ceilão e Goa. Esse período foi marcado pelo ressurgimento do fervor religioso na Igreja Católica com a

---

<sup>16</sup> FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996/1999, p.45.

<sup>17</sup> DISNEY R., Anthony. *A Decadência do Império da pimenta*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p.14.

<sup>18</sup> PANIKKAR, Kavalam. *op. cit* p.47.

Reforma e a Contra Reforma permitindo, dessa maneira, à Companhia de Jesus de Inácio de Loiola um terreno fértil para as suas atividades, recebendo um forte apoio do monarca português, apesar de fundada por um espanhol.<sup>19</sup>

As universidades portuguesas receberam um forte incentivo no ensino à Teologia dos jesuítas, que depois eram enviados juntos às missões comerciais européias. Esse ressurgimento da fé na Europa foi essencial para permitir que as expedições alcançassem êxito.

De acordo com Pannikar, esse movimento permitiu João III instaurar o primado do ideal religioso sobre o interesse comercial, autorizando-os a serem utilizados um em prol do outro como ocorreu em outras regiões como Japão e China.<sup>20</sup>

Mais tarde, o desenvolvimento do Protestantismo trouxe grandes repercussões para os portugueses que foram impossibilitados de invocar a consagração de um papa que os países protestantes não mais o reconheciam. Além disso, na Europa a disputa entre Inglaterra e Portugal pelo domínio antilhano adiu na abertura dos mares indianos à Europa, resultando para os portugueses a perda do uso exclusivo do porto oriental a favor dos portos na Antuérpia e Amsterdã.<sup>21</sup>

Durante esse período todo o comércio da Europa estava nas mãos dos holandeses que durante o séc. XVI passaram a ser os grandes intermediários no comércio das especiarias. Em 1592, os grandes mercadores da Holanda fundaram uma Companhia voltada para negociar diretamente com as Índias e para isso, era necessário realizar uma expedição. Contudo, Dom Manuel havia tomado todas as precauções para que esse caminho não fosse revelado. Porém em 1595, depois de descoberto, os holandeses realizaram a primeira viagem à Ásia, através do Cabo da Boa Esperança levando-os a comercializarem com a Índia e conseqüentemente, acabava com o monopólio na região.<sup>22</sup>

O sucesso da expedição deu origem à Companhia das Índias Orientais que recebeu um forte apoio de seu governo, no qual dizia: “outorgava à Companhia o monopólio do comércio e lhe reconhecia um verdadeiro poder de soberano: direito de concluir tratados e alianças, direito de conquista, direito de construir frotas etc.”.<sup>23</sup>

Nesse contexto, começam a aparecer com freqüência, holandeses na Índia, ao mesmo tempo em que os ingleses iniciam a sua primeira expedição, embora sem sucesso. Um ano

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.60.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.61.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> MORAIS, Carlos Alexandre de. *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1997, p.77.

<sup>23</sup> PANIKKAR, Kavalam. *op. cit*, p.62.

depois, a Índia passa por um momento de insegurança devido às incursões dos corsários ingleses e pela ação do império Grão-Mongol que conquista o reino de Melique, resultando na perseguição dos navios portugueses. Em seguida, os holandeses se estabelecem em Java buscando enfraquecer cada vez mais a influência portuguesa. Como exemplo, o primeiro tratado que eles assinaram foi com o Zamorim, grande inimigo de Portugal. No tratado, o almirante Vander Hagen mandou escrever que o tratado visava “expulsar os portugueses dos territórios de sua alteza, como do resto das Índias”.<sup>24</sup>

Assim, a disputa entre Portugal e Holanda pelo controle da região estava acirrada e levou a diversas batalhas. Desde 1605, os holandeses se apossaram de Amboína e passaram à ofensiva política e comercial – após se fortalecerem no Arquipélago. Depois de 14 anos de luta eles assumiram o controle de Jacarta. Já em 1641, a queda de Malaca representou o início do declínio português. Em seguida, os Países Baixos se dirigiram para a Índia, ainda sob controle de Portugal.<sup>25</sup>

Para dar continuidade às suas conquistas, a Holanda se aproximou dos reis singaleses que também lutavam contra os portugueses, e somente em 1658, os holandeses tomaram Ceilão de Portugal. Essa vitória acelerou a desintegração do império português e após a queda de Cochim, em 1660, eles foram perdendo um a um, todos os seus pontos de apoio.<sup>26</sup>

Em meados do séc. XVIII a Companhia Holandesa das Índias Orientais encontrava-se estabelecida nas ilhas. Aos poucos, os Países Baixos firmavam a sua presença nas regiões que ainda resistiam aos holandeses. Diferente dos portugueses que visavam evangelizar e dominar comercialmente, os holandeses se voltaram para a exploração comercial das Índias.

Agora os holandeses eram os grandes intermediários no comércio das especiarias, ditando os preços dos produtos que ali transitavam. Insatisfeitos com algumas políticas comerciais holandesas, os ingleses decidiram entrar na arena do comércio oriental.<sup>27</sup>

Nesta fase, na Inglaterra teve um movimento de “nacionalização” das suas forças econômicas. Surge então a Fellowship of Merchant Adventures que visava conquistar uma posição de destaque na Antuérpia para aumentar o mercado de lã e de tecidos. Por volta de 1555, mercadores aventureiros partiram, segundo eles, para a descoberta de “paragens, territórios, ilhas, possessões e senhorias desconhecidas e não comumente freqüentadas por mar ou navegação”. A partir disso, ocorre uma mudança na política inglesa, quando Walter Raleigh se torna o teórico de uma espécie de imperialismo marítimo afirmando: “Quem

---

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>26</sup> *Idem.*

comanda o mar comanda o comércio; quem comanda o comércio comanda a riqueza do mundo, e por conseguinte o próprio mundo...”.<sup>28</sup>

O primeiro barco inglês foi lançado em 1601, trazendo uma elevada quantidade de libras de pimenta após uma viagem de mais de dois anos. Apesar disso, Inglaterra não tinha nada para vender em troca das especiarias. Até então, os ingleses não estavam interessados pelas Índias, o que mudou com a criação da Companhia Inglesa das Índias Orientais e quando os seus agentes descobriram que a Indonésia precisava dos tecidos indianos e que o transporte e venda deles em Bantã e Molucas poderia assegurar o financiamento do comércio de especiarias.<sup>29</sup>

No séc. XV, o oceano índico foi alvo da cobiça de mais uma potência européia: a França. Visando alcançar os europeus, nas Índias, ela fundou em 1601, a Companhia Francesa das Índias Orientais. Porém, não houve um forte interesse pelo Oriente, o que mudou em 1664, com o desejo de fundar a Companhia das Índias Orientais. Como os demais países europeus, a França ganhou algumas regiões e concessões nas Índias.<sup>30</sup>

O cenário político e econômico no Oriente no final do século XVII era de disputa entre os seguintes países europeus. Portugal permaneceu nas regiões de Goa, Macau e Timor. Aos holandeses restaram as costas do Ceilão e algumas feitorias como Cochim e Negapatã, eles ocupavam também Malaca e controlavam o comércio na península malaia. Ainda assim, Holanda construiu um império na Indonésia e estabeleceu fortes relações comerciais com a China e Japão. Os ingleses por sua vez, foram restringidos à Índia onde montaram uma grande organização comercial. Por último, os franceses que se concentraram em Pondicheri.<sup>31</sup>

## **1.2 O PERÍODO DA CONQUISTA EUROPÉIA: PORTUGAL, HOLANDA E INGLATERRA**

Durante esse período de conquista, a região estava dividida entre as potências européias. Primeiramente, os portugueses ocuparam Goa, Damão e Dio. Em seguida, os holandeses se estabeleceram em Cochim e enriqueceram em alguns outros pontos. Com relação à Índia francesa, coube a ela ocupar os entrepostos de Pondicheri e as feitorias de

---

<sup>27</sup> *Idem.*

<sup>28</sup> FERRO, Marc, *op. cit.*, p.67.

<sup>29</sup> PANIKKAR, Kavalam, *op. cit.*, p.66.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.68.

<sup>31</sup> *Idem.*

Carical, Maé e Chandernagor. Os ingleses desenvolveram seu comércio durante a primeira metade do século instalando-se em Surrate, Madrasta, Masulipartã, Calcutá e Bengala.<sup>32</sup>

Buscando aumentar a sua presença e autoridade na área através de alianças com o governo mongol em 1702 e em seguida, em 1708, o governo central da Índia outorgou cinco aldeias que a Companhia reuniu para formar sua possessão em Madrasta. Contudo, o cenário ainda não era favorável para uma possível intervenção armada de grande porte.<sup>33</sup>

Em 1748 a situação política na Índia era complexa, pois havia o poderoso império marata que representava a única força indígena organizada na Índia e durante 1803 até 1858, foram eles que representaram um obstáculo aos interesses ingleses. Por outro lado, o país estava nas mãos de diferentes chefes militares mongóis e surgia uma poderosa classe de capitalistas indianos ligados aos comerciantes estrangeiros.<sup>34</sup>

Nessa perspectiva, a região aos poucos se desmantelava nas mãos dos indianos, em favor dos europeus, preocupados em extrair o máximo das suas riquezas e expandir os seus impérios, ao mesmo tempo em que alguns indianos, corrompidos pelo sistema de exploração comercial e atendendo aos interesses das potências européias, formavam uma classe voltada aos interesses externos.

No final do século XVIII os ingleses desfrutavam de uma superioridade capaz de impor sua influência sobre os pequenos Estados da Índia, exceto por alguns impérios que faziam face à Companhia como o império marata – que ocupava o centro e o oeste da Índia – o império de Nazim Haiderabad que se estendia pelos planaltos do Decão e por último o sultão Tipu Sahib, que governava ao sul de Maissor. O cenário começou a mudar quando o Marquês de Wellesley, em 1798 se tornou governador geral e tinha como objetivo abater o império marata e estabelecer ali a companhia. A ação militar se iniciou ao sul, seguida de uma ação política que visava minar o governo de Puna. Paralelo a essa ação, houve outra que visava neutralizar o Nizã. Em seguida, recebendo apoio dos partidários da dinastia hindu, as suas tropas tiraram o sultão Tipu Sahib do poder.<sup>35</sup>

Em 1818, segundo Pannikar, a Companhia se tornou “o grande poder da Índia”, mantendo sob seu domínio do vale do Ganges até Déli, além de uma parcela do litoral que se estendia da extremidade sul até o Bengala. Já o seu interior era governado por príncipes sob tutela.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.97.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.98.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.99.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.106.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.107.

A partir disso, a influência holandesa estava presente em toda parte. Até 1705 o tipo de dominação deles foi através de um sistema indireto que era bastante econômico, deixando-os livres para a exploração. Dentro desse sistema, os sultões da época eram livres para guerrear entre si, desde que a companhia holandesa pudesse exercer o seu monopólio comercial. Porém, esse sistema trouxe à região um estado de anarquia entre os Estados, prejudicando assim os interesses da Holanda. O resultado disso foi uma mudança para um sistema de dominação direta.<sup>37</sup>

Com isso, os holandeses arquitetaram um sistema de independência política atrelado a uma submissão econômica, o que resultou em diversos conflitos entre os reinos e dentro deles. Como disse Abade Raynal sobre a política holandesa: “Armavam o pai contra o filho e o filho contra o pai, apoiando, ao sabor das circunstâncias, o forte contra o fraco e o fraco contra o forte. Um dia estavam do lado do monarca; no outro, do lado de seus vassalos.”<sup>38</sup>

### 1.3 RAINHA VITÓRIA, IMPERATRIZ DA ÍNDIA

Durante os séculos XVIII e XIX, a Índia, segundo Pannikar, vivia sob uma autoridade britânica que nunca foi ameaçada, mesmo assim, havia um movimento que tentava reconquistar a liberdade dos seus reinos. Entre 1857-1858 houve uma tentativa em todo o país de recuperar os seus poderes perdidos que foi chamada de a Grande Revolta. Todavia, essa revolta carecia de uma estrutura e organização capazes de se opor aos ingleses.<sup>39</sup>

Ainda de acordo com Pannikar, a Índia inglesa se transformou de possessão e colônia a império. Devido a sua importância, recursos, posição geográfica e a sua extensão, além dos interesses ingleses, houve a elaboração de uma política imperial.<sup>40</sup>

O controle da Índia ocorria por intermédio de um Secretário de Estado que supervisionava e controlava o governo local, bem como era o responsável pela nomeação de altos funcionários. A partir de 1919, a Inglaterra concedeu certa independência financeira ao governo indiano. Dentro da administração, o sistema de admissão favorecia os candidatos ingleses em detrimento dos indianos no Civil Service. Esse órgão era responsável pela coleta de impostos, lei, fiscalização do país, atribuições judiciárias e outros tributos.<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.111.

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.145.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.146.

Dessa forma, a Inglaterra conseguiu sustentar sua autoridade absoluta sobre a região, tanto no âmbito econômico e político, baseando-se na política “dividir para reinar” que permitiu a ela conquistar cerca de três quintos de todo o território. A dependência dos últimos Estados livres era questão de tempo para os ingleses que mantiveram o controle da economia indiana e se encontravam em plena expansão industrial. O capital britânico esteve presente em várias esferas, desde a construção de estradas de ferro até plantações de chá e aquisição de terras.<sup>42</sup>

Apesar desse crescente intervencionismo inglês ter contribuído para o desenvolvimento do país, a população indiana foi, aos poucos, sendo excluída. Os jornalistas e economistas ficaram mais pobres, os indianos foram proibidos de ocuparem certos postos dentro da administração. O racismo se exacerbou em várias camadas sociais como no exército onde eles foram proibidos de chegarem ao posto de oficial além de serem excluídos de hotéis e clubes. Nesse sentido, a superioridade racial foi oficializada como um dogma na colonização até da 1ª GM como disse uma vez o general Lorde Kitchener:

Foi essa consciência de nossa superioridade inata que nos permitiu conquistar a Índia. Por mais educado e inteligente que seja um indígena, por mais valente que ele se manifeste e seja qual for a posição que possamos atribuir-lhe, penso que jamais ele será igual a um oficial britânico.<sup>43</sup>

Os indianos só começaram a participar da política após algumas reformas. Em 1909, o Conselho legislativo indiano, por exemplo, passou a ser representado por não funcionários, ou seja, deu espaço aos indianos no Gabinete Central e no Gabinete provincial.<sup>44</sup>

Com as reformas políticas, houve uma divisão do corpo eleitoral em muçulmanos e não muçulmanos. Com o novo sistema os muçulmanos eram representados por eles próprios e eleitos pelos seus correligionários, assim nenhum muçulmano poderia ser eleito numa circunscrição hindu e vice-versa. Para Pannikar, essa separação foi a primeira manifestação da teoria que deveria levar a formação do Paquistão mais tarde.<sup>45</sup>

Ainda referente às reformas políticas ocorridas na Índia, a Inglaterra promoveu o país a categoria de Estado poderoso devido a uma seleção do pessoal burocrático, organização, respeito e prestígio conquistados. A burocracia britânica era uma espécie de confraria

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.149.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.152.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.156.

<sup>45</sup> *Idem*.

governamental que ocupava todos os postos importantes, sendo bem representada no judiciário, o que era de suma importância na elaboração das políticas governamentais. Houve com isso, a construção de uma tradição comum chamada *esprit de corps*, um senso de integridade política com os funcionários ingleses.<sup>46</sup>

Mesmo com um aparente clima de tranquilidade, a região viveu um conflito entre o Secretário de Estado e as autoridades da Índia num período no qual o nacionalismo indiano ganhou força. De um lado, os homens dos Estados britânicos defenderam a idéia de um governo representativo, mas o Civil Service não aceitava submeter a sua influência aos interesses comerciais e industriais além de almejar o direito de uma Índia contra a ditadura de Whitehall.<sup>47</sup>

Assim sendo, o Civil Service fez frente a sua luta contra Whitehall, fortalecendo a sua posição no país. Mesmo tendo o apoio dos secretários de Estado que defendiam a subordinação absoluta da Índia à Whitehall, o Civil Service detinha os postos executivos e os próprios secretariados. Nesse momento, o governo da Índia foi ganhando mais poder e autoridade, o que resultou mais tarde, na elaboração de políticas independentes voltadas aos interesses indianos.<sup>48</sup>

Aos poucos, a transformação do governo indiano em um império representou um papel importante nos negócios com os países vizinhos como o Afeganistão e Birmânia, além disso, foi a partir da Índia que ocorreu a entrada britânica no Sikim e no Afeganistão. Nesse último caso, no entanto, os indianos não tiveram sucesso.<sup>49</sup>

Com isso, o país entrava numa nova fase de expansão imperialista e de conflitos armados com os seus vizinhos. Na Pérsia, a rivalidade entre Moscou e Londres aflorava os interesses britânicos no Oriente Médio. No Tibete os indianos tentaram, sem sucesso, obter relações comerciais. Em 1886 os tibetanos que reivindicavam direitos sobre Sikim invadiram-no, mas foram expulsos pelas forças indianas. Em seguida houve uma tentativa de traçar as fronteiras e de um acordo comercial com os tibetanos, mas sem sucesso. Com Lorde Curzon, a situação foi se modificando; ele considerava inaceitável o isolamento do Tibete e a recusa de Dalai-Lama em manter relações com exterior.<sup>50</sup>

Utilizando como falso pretexto de que a Rússia queria conquistar Dalai-Lama, a Índia enviou uma expedição em 1903 que massacrou os tibetanos, porém, eles não o alcançaram

---

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.158.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.159.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p.161.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.163.

que, por sua vez, conseguiu se refugiar na Mongólia. Surpreendidos pela situação internacional, a Índia foi forçada a retirar suas tropas do Tibete e um acordo anglo-russo assinado em 1907, reconheceu a suserania da China sobre o território tibetano.<sup>51</sup>

Assim, depreende-se que a Índia passou por diversas transformações tanto internas quanto no seu relacionamento com seus vizinhos, modificando bastante a sua estrutura político-econômica. De uma região que viria a ser mais uma colônia subordinada aos interesses das potências européias, a Índia deixou o status de possessão à império. Ainda colônia, ela sofreu com a forte influência externa dentro da sua administração, o que resultou na falta da participação ativa na política. A situação se modificou após algumas reformas políticas que permitiram a inserção de seus cidadãos nas decisões, ao mesmo tempo em que eles conseguiam elaborar políticas próprias, representando, assim, o anseio em construir um Estado totalmente independente.

---

<sup>51</sup> *Idem.*

## 2 A INDEPENDÊNCIA NO SUDESTE ASIÁTICO

Este capítulo se concentrará no período pelo qual o Paquistão surgiu como Estado independente, dando por fim ao sonho hindu de um império indiano logo após a retirada da Inglaterra, bem como os conflitos que ocorreram na região.<sup>52</sup>

Ademais, será objeto deste estudo a história política paquistanesa desde a Resolução Lahore que foi um dos primeiros manifestos pela independência do país até a chegada ao poder do General Pervez Musharraf para assim, compreender o quadro político atual paquistanês. Por conseguinte, será analisada a importância geopolítica que o Sudeste Asiático desempenhou para as duas superpotências da época da Guerra Fria.

Por fim, este capítulo mostrará por meio de documentos oficiais, o posicionamento dos governos dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush nos períodos que correspondem à tomada de poder por Musharraf e o seu apoio na guerra contra o terror, liderada pelos Estados Unidos após o 11 de setembro.

### 2.1 A INDEPENDÊNCIA DO PAQUISTÃO

O Paquistão emergiu durante um período de grande agitação entre os muçulmanos que almejavam expressar a sua identidade nacional, livre da dominação colonial inglesa, bem como livre do controle do Congresso Nacional Indiano Hindu. Em 1906, foi fundada a Liga Muçulmana All Índia. Inicialmente, a Liga aprovou os mesmos objetivos que o Congresso – o autogoverno para a Índia dentro do Império Britânico. No entanto, o Congresso Nacional e a Liga não chegaram a um acordo sobre como assegurar a proteção dos muçulmanos na região.<sup>53</sup>

O anseio para a criação de um Estado muçulmano independente surgiu em 1930 com Mohammad Ali Jinnah, líder da Liga Muçulmana. Ele aprovou a Resolução Lahore, que foi a base para a criação de um Estado independente em regiões onde a maioria era muçulmana. A sua trajetória política foi marcada pela participação como representante do Congresso Nacional Indiano na Inglaterra para defender a autodeterminação indiana. Em seguida, ele ocupou o cargo de secretário do presidente do Congresso Nacional Indiano. Em 1906, ele fez

---

<sup>52</sup> *Paquistão*. Disponível em: <[http://br.geocities.com/caxemira\\_livre/paquistao.htm](http://br.geocities.com/caxemira_livre/paquistao.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2009.

<sup>53</sup> EUA. Departamento de Estado. *Histórico do Paquistão*. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3453.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

seu primeiro discurso político em defesa da resolução sobre a autodeterminação. Em 1909, foi eleito para o Conselho Legislativo Imperial, sendo a voz mais poderosa da causa da liberdade e dos direitos indianos.<sup>54</sup>

Com isso, Jinnah dedicou seu trabalho pela unidade hindu-muçulmana. Ele foi responsável pelo Pacto Liga-Congresso, de 1916. Este pacto, por sua vez, foi o único assinado entre o Congresso e a Liga Muçulmana All-Índia e permitia aos muçulmanos o direito a um eleitorado separado, um número determinado de cadeiras no legislativo, assim como uma representação no Centro e nas províncias minoritárias. Ele também deu legitimidade à Liga como organização representante dos muçulmanos, fortalecendo a tendência à individualidade muçulmana dentro da política indiana, permitindo, mais tarde, o reconhecimento por ambas as partes como um dos líderes políticos mais expressivos da Índia.<sup>55</sup>

Como consequência das políticas de Jinnah, os muçulmanos despertaram para a necessidade de um território próprio onde pudessem viver conforme seus valores e princípios próprios, ele dizia:

Nós somos uma nação. Nós somos uma nação com a nossa própria cultura e civilização, língua e literatura, arte e arquitetura, nomes e nomenclatura, valores, leis e código moral, costumes e calendário, história e tradição, aptidões e ambições; em resumo, temos a nossa própria perspectiva de vida. Por todos os cânones do direito internacional, nós somos uma nação.<sup>56</sup>

A partir disso, o sonho hindu de um império indiano depois da retirada da Inglaterra desmoronou. A Grã Bretanha, por sua vez, já no final da 2ª Guerra Mundial, se dedicou em conceder independência à Índia. No entanto, a Liga e o Congresso não concordaram com os termos propostos na Constituição, tampouco com a formação de um governo interino. Conseqüentemente, após pressão dos dois lados, o governo britânico conferiu soberania a dois Estados: Índia e Paquistão, formados a partir de áreas no subcontinente em que os muçulmanos eram a maioria da população.

Sendo assim, em 1947 o Paquistão conquista a sua independência. Inicialmente, ele era composto de duas partes, sendo a leste (atual Bangladesh, na Baía de Bengala, na fronteira

---

<sup>54</sup> *Paquistão, op. cit.*

<sup>55</sup> *Idem.*

<sup>56</sup> *Idem.*

com Burma), e a parte oeste (atual Paquistão, que se estende do Himalaia até o mar da Arábia).<sup>57</sup>

A divisão da região ocorreu através do Plano Mountbatten. Cyril Radcliff – que nunca havia estado na região – foi nomeado pelo lorde Louis Mountbatten para traçar as fronteiras entre os dois países num prazo de um mês.

Para Benazir Bhutto, a retirada precipitada da Inglaterra na região deixou os dois Estados sem tempo para organizar uma divisão pacífica ou mesmo um plano de transição de poder para os governos. Como consequência dessa divisão apressada, houve um grande fluxo de pessoas cruzando a fronteira tanto os hindus para a Índia quanto os muçulmanos rumo ao Paquistão. Como os dois países, recém independentes, não conseguiram lidar com o elevado fluxo de refugiados, o caos e a violência se intensificaram. As minorias, cada qual situadas em diversas partes da região, foram perseguidas e expulsas de seus territórios. Acredita-se que durante as primeiras semanas após a divisão, mais de 200 mil pessoas tenham morrido e 20 milhões tenham cruzado a fronteira.

O plano permitia que cada província escolhesse a qual país se unir. Como era esperado, os estados de maioria hindu se associaram à Índia, enquanto os estados de maioria muçulmana escolhiam o Paquistão, com exceção dos estados Junagadh e Hiderabad – de maioria hindu – que se uniram ao Paquistão. A Caxemira, de maioria muçulmana se associou à Índia. Após a população se rebelar, a região foi dividida, com partes controladas pelos dois países.

## **2.2 CONFLITOS NA REGIÃO E ATUAÇÃO DOS PRESIDENTES NOS ACONTECIMENTOS**

A partir disso, o sudeste asiático viveu seu primeiro conflito entre as duas nações independentes. A questão do status da Caxemira e de Jammu foi levada às Nações Unidas em 1948. De um lado a Índia acusava o Paquistão de se apossar da região, enquanto do outro lado os paquistaneses defendiam que a população – de maioria muçulmana – deveria decidir o futuro, visto que a Índia tinha se apossado dos estados de Junagadh e Hiderabad com base na população de maioria hindu.

Segundo Benazir Bhutto, a primeira guerra entre os países mostrou a inferioridade paquistanesa. Para ela, a divisão dos recursos não foi de maneira igualitária, cerca de 10% da

---

<sup>57</sup> *Idem.*

população paquistanesa era de refugiados muçulmanos da Índia, as suas forças armadas ficaram com seis dos 40 regimentos blindados do exército e oito das 40 unidades de artilharia, o país recebeu 30% do exército indiano – ao invés de 39% – além de 20% da força aérea e 40% da marinha. Com relação à disputa pelo controle de canais, cinco rios e do Vale Indo, a maioria dos pontos de controle ficou nas mãos dos indianos, além do Paquistão ter sido obrigado a pagar pelo uso dessas águas de grande importância econômica, social e política. Mesmo com uma rápida negociação colocando fim a questão, não houve solução final para a disputa até 1960.<sup>58</sup>

Geograficamente, o Paquistão foi prejudicado porque era composto de duas partes separadas: o Paquistão Oriental (atual Bangladesh) e Paquistão Ocidental (hoje Paquistão), regiões compostas de populações etnicamente distintas e hostis. Com a morte de seu fundador, um ano após a independência paquistanesa, o país ficou sem autoridade de um líder, ao contrário do Congresso Nacional Indiano que tinha governado várias províncias da Índia e tinha uma organização popular.

Com a guerra contra a Índia, o Paquistão se sentiu ameaçado e gastou grande parcela do orçamento em defesa que chegou a 70% entre 1947 e 1950. Com isso, ele priorizou instituições como o exército e os serviços de informações ao mesmo tempo em que os militares ganharam grande status e influência na sociedade paquistanesa, tornando-se os principais atores do país.

Mesmo surgindo sob um clima de tensão com seu vizinho, o Paquistão buscou, inicialmente, se armar gradativamente para enfrentar um vizinho mais poderoso política e militarmente. Voltou suas atenções para o poderio bélico em detrimento de alavancar estruturas sólidas que pudessem favorecer o crescimento do país.

A Índia, por sua vez, teve um início mais democrático. Diferente do seu vizinho, ela não vivenciou conturbados distúrbios internos que interferissem na formação de um país unido, ao passo que suas heranças e minorias foram respeitadas. Em 1949, o país aprovou a constituição e teve eleições livres, diferente do Paquistão que teve sua constituição aprovada depois de 10 anos de independência e eleições livres ocorreram somente em 1976.

Os indianos, no entanto, se envolveram depois em outra guerra, dessa vez com a China. A causa da guerra foi com relação à Caxemira. Tal conflito teve início a partir de uma disputa fronteira da Índia com o Tibete e que há muito se complicara por dúvidas a respeito

---

<sup>58</sup> BHUTTO, Benazir. *op. cit.*, p.161.

do próprio Tibete. O primeiro-ministro indiano – Jawaharlal Nehru – foi criticado por aceitar a extensão chinesa sobre o Tibete sem protestar.<sup>59</sup>

Os indianos, após descobrirem que a China tinha construído uma estrada de Sinkiang até a capital tibetana – Lhasa – insistiu para que eles se retirassem da área e se recusaram a negociar. Em resposta, os chineses ofereceram um acordo sobre a linha McMahon, que era a fronteira a leste do Nepal desde 1913 e a oeste do Nepal tendo como fronteira a linha das Montanhas Karakoran.

Nesse período, a Índia obteve apoio político tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, porém superestimando a ajuda e criticado por não ter fornecido mais ajuda aos rebeldes tibetanos, Nehru enviou militares para a região a fim de reforçar os pleitos indianos na região.

O Paquistão foi usado pelos EUA para conter a influência soviética por toda a região. Em 1960, o país havia iniciado suas pesquisas nucleares. O país contou com o apoio canadense e de salvaguardas internacionais quando assinou seu primeiro acordo nuclear e de acordo com seu primeiro-ministro, o acordo tinha fins pacíficos. A Índia, por outro lado, deu início aos seus testes nucleares em 1974 e gerou preocupação com seu vizinho.<sup>60</sup>

A tensão aumentou, juntamente com os efetivos militares e os armamentos, em 1961. O conflito armado se instaurou e a superioridade chinesa não encontrou dificuldades para expulsar o exército indiano. Perante uma derrota iminente e uma possível invasão da China em território indiano, Nehru buscou ajuda norte-americana, inglesa e soviética. Com exceção da URSS, a Índia conseguiu apoio aéreo e recebeu generosas quantidades em armamentos. Todavia, a China recuou suas tropas para além da linha de controle que havia anteriormente entre as duas nações.

O confronto indo-chinês teve repercussões nas relações com o Paquistão. Ayub Khan tinha recebido grandes quantidades de equipamentos para as forças armadas paquistanesas como parte da política americana de fortificar a SEATO e minar o domínio soviético no Sudeste Asiático.

Apesar da precariedade na sua estrutura política desde a independência, o Paquistão sempre contou com o apoio Ocidental. Ele era membro da Organização do Tratado do Sudoeste Asiático (SEATO em inglês) que tinha como membros os Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Austrália, Filipinas, Tailândia e Paquistão. O tratado tinha

---

<sup>59</sup> CARVER, Michael. *Guerra Convencional na era nuclear*. In PARET, Peter (editor). *Construtores da Estratégia Moderna*. Volume 2. Rio de Janeiro, 2001, pp.443-449.

<sup>60</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p.179.

como objetivo impedir o comunismo de ganhar espaço na região. No caso paquistanês, o recurso que ele recebia foi destinado para as suas lutas contra a Índia. Para os Estados Unidos, a fronteira era essencial na luta contra a expansão comunista. Entretanto, o Paquistão saiu da organização em 1973 devido a falta de apoio que recebeu no conflito contra a Índia e com o fim da Guerra no Vietnã, a existência da SEATO não fazia mais sentido e ela foi extinta em 1977.<sup>61</sup>

Em 1964, as relações entre Índia e Paquistão se deterioraram com dois importantes acontecimentos. O primeiro foi quando uma importante relíquia muçulmana, que seria o fio de cabelo de Maomé, foi roubada de uma mesquita na Caxemira ocupada pela Índia. Muitos paquistaneses acreditaram que o governo de Nova Déli era a responsável e tentava provocar um confronto com o Paquistão. O segundo acontecimento foi quando a Índia igualou o status constitucional de Jammu e da Caxemira aos demais territórios indianos, medida que violou a resolução 38 do Conselho de Segurança da ONU que determinava um plebiscito para que as respectivas populações decidissem o seu futuro. Essa disputa territorial alcançou proporções que culminaram na intervenção britânica para cessar o conflito.

A tensão na região explodiu e resultou na guerra em 1965 pelo território da Caxemira. A comunidade internacional interveio em 1966 e a Declaração de Taskent encerrou formalmente a guerra, devolvendo tudo ao quadro anterior. De acordo com a Declaração, os dois países se comprometiam a restabelecer as relações pacíficas entre eles e promover a compreensão entre seus povos, além de reafirmarem as suas obrigações, nos termos da Carta para não recorrerem à força e para resolverem os seus litígios por meios pacíficos.<sup>62</sup>

Após insatisfações com a guerra e com o governo do presidente Ayub, Zulfikar Bhutto, pai de Benazir Bhutto, formou o Partido Popular do Paquistão (PPP) em 1967, que segundo sua filha, levaria o país de um regime autoritário para democracia.<sup>63</sup>

Valendo-se de políticas nacionalistas, o partido conseguiu atrair multidões, principalmente estudantes, jovens, pobres e as classes menos favorecidas com a promessa de lutar por seus direitos fundamentais e por melhorias para o país. Em seguida, o partido liderou diversos conflitos contra o governo e suas políticas, principalmente contra Ayub, que se espalharam pelo país.

---

<sup>61</sup> EUA, Departamento de Estado. *História do Paquistão, op. cit.*

<sup>62</sup> ÍNDIA, Embaixada da Índia. *Tashkent Declaration*. Disponível em: <[http://www.indianembassy.org/South\\_Asia/Pakistan/Tashkent\\_Declaration\\_January\\_10\\_1966.html](http://www.indianembassy.org/South_Asia/Pakistan/Tashkent_Declaration_January_10_1966.html)>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>63</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p. 169.

Em resposta, o General Ayub, vendo as demonstrações cada vez maiores do poder do povo, deu um golpe de Estado contra o próprio parlamento e decretou lei marcial. O presidente se recusou a entregar o poder como fixado na constituição e transferiu-o para o segundo no comando das Forças Armadas, o general Yahya Khan. A lei marcial foi mantida até 1969, período em que as eleições diretas foram anunciadas.

O novo presidente atendeu às exigências da oposição que defendia a representação proporcional conforme o tamanho da população e assim, eliminou a paridade de representação entre o Paquistão Oriental e Ocidental na Assembléia Nacional. Essa medida representou um ganho na representação do Paquistão Oriental. Em março do ano seguinte, ele decretou o Modelo de Ordem Legal (MOL) que, segundo ele, a nova assembléia seria o parlamento e Assembléia Constituinte ao mesmo tempo.

O Parlamento tinha um prazo de 120 dias para elaborar uma constituição. Muitos acharam que o prazo tinha sido estabelecido para o parlamento fracassar. Caso o prazo não fosse suficiente, o presidente poderia afirmar que a democracia falhou e o país voltaria à ditadura.

Em 1970, as eleições terminaram com a vitória de Sheikh Mujib e da Liga Awami no Paquistão Oriental. No Paquistão Ocidental, o PPP ganhou os assentos, principalmente nas províncias de Sindi e Punjab. Com a maioria dos assentos garantida, Mujib tinha em mente implantar uma constituição, sem levar em consideração as demais unidades federativas do Paquistão. A proposta constitucional de seis pontos da Liga Awami previa: (1) A Constituição deveria produzir um Estado federativo com supremacia da legislatura parlamentar. (2) A legislatura nacional lidaria apenas com relações exteriores e defesa. Todos os outros direitos ficariam com os estados. (3) Seriam estabelecidas duas moedas, uma para o Paquistão Oriental e uma para o Paquistão Ocidental. (4) O governo federal não teria poder de cobrar impostos. Esse poder seria reservado aos governos provinciais. (5) Os dois territórios teriam contas separadas para o comércio exterior. (6) O Paquistão Oriental seria autorizado a manter seu próprio exército.<sup>64</sup>

Assim sendo, com as propostas previstas na Liga Awami, o Paquistão vivia um momento de separação unilateral por parte do Paquistão Oriental que buscava de todas as maneiras mantê-lo subordinado às decisões de Islamabad, desconsiderando as manifestações de autonomia do lado oriental.

---

<sup>64</sup> *Ibidem*, p.172.

Ainda no mesmo ano, Mujib se encontrava extremamente forte na região, incluindo o controle das forças armadas. Logo em seguida, ele fez uma declaração de independência unilateral. A população bengali, todavia, não almejava nenhuma relação com o Paquistão Ocidental. Na tentativa de conter os avanços de Mujib, o General Yahya se reuniu diversas vezes, porém sem sucesso.

Não obtendo êxito na solução da crise, o clima de tensão foi aumentando. A população do Paquistão Oriental partiu pra violência atacando famílias e funcionários não-bengaleses. As ruas foram marcadas por sangue enquanto a bandeira bengalesa era hasteada.

Em contrapartida, Yahya ordenou um ataque militar na tentativa de ainda manter a região sob o controle do Paquistão Ocidental. Quando o ataque começou, os alunos da universidade de Daca reagiram e o exército disparou, matando diversos deles. O resultado não poderia ser pior: a população se enfureceu cada vez mais. A polícia, a população e os militares aos poucos desertavam e aumentavam a resistência armada em favor da criação de um Estado independente.

O conflito foi respondido cada vez mais com violência de ambas as partes e aproximadamente um milhão de refugiados fugiram pela fronteira da Índia. Em abril foi formado o governo de Bangladesh no exílio em Calcutá, na Índia.

Em represália, o governo de Yahya anunciou eleições paralelas para 78 dos 160 lugares da Liga Awami, na tentativa de formar um governo fiel e manter aqueles que permaneciam fiéis à Liga fora das eleições. As forças armadas se aliaram aos partidos religiosos, que foram derrotados nas eleições gerais. A população bengali foi intimidada com os esquadrões da morte formados com a ajuda dos militares e dos partidos religiosos, consolidando os laços paquistaneses.

O clima continuava tenso na região. De um lado, a população bengali se firmando como uma nação independente, e do outro, o Paquistão Ocidental – que não aceitava a desintegração do seu território – tentava reconquistar o poder soberano na região. Com isso, a Índia entrou no conflito e enviou suas tropas para a região para intervir ao lado dos bengaleses. A guerra indo-paquistanesa durou cerca de suas semanas até que as forças paquistanesas foram rendidas na capital Daca e o país, a partir de então, passaria a ser conhecido como Bangladesh.

Com o resultado extremamente negativo para a população paquistanesa, com a guerra eles haviam perdido metade da marinha e do exército e cerca de um quarto da força aérea, os generais pediram a Yahya Khan que ele se afastasse e permitisse a formação de um governo

civil com base no resultado das últimas eleições. Em 1971, o presidente renunciou e Zulfikar Ali Bhutto se tornou o primeiro presidente civil do país.<sup>65</sup>

A presidência de Bhutto foi voltada para recuperar a confiança nacional e pela busca de uma política externa mais ativa. Mesmo não aderindo ao Movimento dos Não-Alinhados da época, as suas políticas foram bastante similares aos países que faziam parte do movimento. No âmbito interno, o presidente deu início a uma agenda populista, nacionalizando grande parte da indústria e do sistema bancário. Apesar das aparentes mudanças no país, as freqüentes alterações nas políticas econômicas ocasionaram na estagnação econômica do Paquistão.<sup>66</sup>

Apesar disso, a sua presidência tinha o lema '*Roti, Kapra aur Makan*', ou seja, pão, roupa e casa que previa o desenvolvimento econômico e social do país. Dentre seus feitos, Bhutto nomeou a primeira mulher governadora no Paquistão, extinguiu os eleitorados separados, fortaleceu as minorias dando a elas eleitorados conjuntos, fez reformas agrárias que permitiram aos camponeses pobres acesso a terra.<sup>67</sup>

Em 1973, ele promulgou uma nova Constituição que contou com grande apoio da população. A partir dessa Constituição, o país passava a contar com um sistema parlamentarista com um presidente que era o chefe de Estado, o legislativo bicameral com poderes fundamentais concedidos à Assembléia Nacional eleita pelo povo e um judiciário independente. Em 1976, Bhutto promoveu o general Mohammad Zia-ul-Haq a chefe do estado-maior. Em seguida, ocorreram eleições que deram larga vitória para o PPP. Todavia, com o resultado polêmico das eleições e o presidente proclamando vitória nas eleições de 1977, a oposição o acusou de fraude e exigiu novas eleições.<sup>68</sup>

Sendo assim, grandes agitações tomaram conta do país e do exército. Mais tarde, em 1977, os militares destituíram Bhutto do poder, além de instalar a Lei Marcial e cancelar algumas partes da Constituição. Agora, o país voltava para as mãos de um militar, o chefe do exército, general Muhammad Zia ul-Haq, então chefe do estado-maior. Este prometera realizar novas eleições em um prazo de três meses.<sup>69</sup>

Mais uma vez, ao retornar às mãos de uma junta militar, o país assistia o retrocesso do processo rumo à democracia com uma união forte entre os militares e os islamitas que sob o

---

<sup>65</sup> EUA, Departamento de Estado. *História do Paquistão, op. cit.*

<sup>66</sup> *Idem.*

<sup>67</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p.178.

<sup>68</sup> EUA, Departamento de Estado. *História do Paquistão, op. cit.*

<sup>69</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p.155.

governo de Zia foi “freqüentemente identificado como a pessoa mais responsável pela transformação do Paquistão em um centro global do islamismo político”.<sup>70</sup>

Alegando que o país tinha sido criado em nome do islamismo, ele desejava impor um “sistema islâmico” no Paquistão. O general que fora eleito por meio de uma forte aliança forças armadas-líderes religiosos deu plenos poderes aos militares, criando tribunais militares, torturando e prendendo manifestantes contrários ao regime.<sup>71</sup>

O país vivia um impetuoso desmonte das estruturas representativas, bem como fortes violações contra os direitos humanos que levaram o seu regime a ser condenado diversas vezes por organizações internacionais, entre elas a Anistia Internacional.<sup>72</sup>

Novamente o país atravessa uma fase de instabilidade política com sucessivas tomadas de poder. Ao que tudo indica, nem o fato de um presidente civil ter tomado posse e instaurado um período de relativa calma e progresso, parece ter contribuído para o fortalecimento da democracia e de suas instituições na região. Afundado em denúncias de corrupção e de insatisfação de uma classe que não aceitava ser excluída do poder, o presidente foi obrigado a renunciar e entregar o país, novamente, nas mãos dos militares.

Posteriormente, o presidente libertou Bhutto da prisão e permitiu que ele contestasse as eleições. Porém, com a popularidade alta do Partido Popular do Paquistão, o general foi obrigado a adiar as eleições e numa tentativa de manchar a imagem do partido, deu-se início a uma série de investigações criminais. Em seguida, Bhutto foi condenado e sentenciado à morte por uma suposta conspiração para assassinar um político adversário. Apesar dos apelos internacionais, ele foi enforcado em 1979 no Paquistão.<sup>73</sup>

No plano internacional, a política americana para a região se concentrou em derrotar os soviéticos no Afeganistão. Com isso, após o conflito entre os mujahidins e a União Soviética, os Estados Unidos destinaram cerca de oito bilhões de dólares para o Paquistão. Zia aproveitou o momento em que os americanos estavam voltados totalmente para o confronto para unir as forças armadas do país com os serviços de informação e os partidos jihadistas em uma coalizão para redefinir a política de seu país e o papel do Paquistão na comunidade de Estados islâmicos.<sup>74</sup>

A disputa na região, principalmente no Afeganistão, levou os americanos a buscarem um aliado que fornecesse armas e dinheiros para os mujahidins afegãos enfrentarem as forças

---

<sup>70</sup> *Idem.*

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.182.

<sup>72</sup> *Idem.*

<sup>73</sup> EUA, Departamento de Estado. *História do Paquistão, op. cit.*

<sup>74</sup> *Idem.*

soviéticas. Simpatizante à política norte-americana, o Paquistão contribuiu substancialmente para a derrota dos soldados do exército vermelho. Destarte, a contribuição financeira e militar foi de vital importância também para os paquistaneses, que puderam reaparelhar suas forças armadas, bem como servir aos interesses pessoais dos governantes.

Sob essa ótica, os EUA – naquele momento – não estavam preocupados com a islamização que estava nos planos dos dirigentes paquistaneses. O dinheiro vindo do Ocidente assegurou a consolidação de Zia na época por meio da aliança entre forças armadas e partidos religiosos. As conseqüências, a longo prazo, trariam os desafios que os Estados Unidos enfrentariam mais a frente com o regime Talibã controlando absolutamente o Afeganistão, além das conseqüências internas para o Paquistão.

A disputa em terras afegãs também permitiu aos paquistaneses perseguirem interesses próprios na região. Ao instalar um governo afegão amigável, Islamabad buscava ganhar influência em Cabul, que tradicionalmente tinha sido pró-Índia.<sup>75</sup>

Depois de nove anos de confronto, o Acordo de Genebra encerrou a retirada soviética do Afeganistão. Como conseqüência, a URSS perdeu a oportunidade de sobreviver como Estado unificado, o que acarretou na formação de diversas repúblicas isoladas. Eles se retiraram, também, política e militarmente da Europa Central e Oriental.<sup>76</sup>

Em 1985 o presidente paquistanês convocou eleições para as assembléias nacional e provinciais, mas sem a participação de partidos políticos. Com as eleições pouco transparentes e resultados esperados, Zianomeou Mohammad Khan Juneo foi eleito primeiro-ministro, mesmo assim, o seu governo civil permanecia enraizado de uma estrutura cada vez mais distante de um regime democrático. A sua presidência tinha ganhado um grande poder na qual ela podia afastar governos, demitir primeiros-ministros, dissolver a Assembléia Nacional e as assembléias provinciais, além de nomear governadores e comandantes de todas as forças armadas.<sup>77</sup>

O relacionamento político e monetário com os Estados Unidos cresceu exponencialmente com a eleição de Ronald Reagan. O Paquistão foi contemplado com uma ajuda inicial de 3,2 bilhões de dólares. Na gestão de Jimmy Carter havia sido oferecido um pacote de 400 milhões de dólares. Além disso, os americanos forneceram mísseis Stinger<sup>78</sup> para o Afeganistão, através dos paquistaneses.<sup>79</sup>

---

<sup>75</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p.187.

<sup>76</sup> *Idem.*

<sup>77</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p.177.

<sup>78</sup> O Stinger é um SAM (Surface-to-air missile) portátil, sendo transportado e operado por um único homem.

<sup>79</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.*, p.186.

Por volta de 1988, o presidente afastou do cargo o primeiro-ministro, dissolveu a Assembléia Nacional e as assembleias provinciais e se nomeou presidente provisório. Em agosto do mesmo ano, Zia morreu em um acidente de avião, o que levou o país a transferir a presidência interina do país para Ghulam Ishaq Khan, então presidente do senado.<sup>80</sup>

Convocadas as eleições ainda no mesmo ano, o presidente interino manteve a perseguição contra o PPP e promulgou um decreto que, segundo ela, mudava a legislação eleitoral para impedir a candidatura de vários parlamentares de seu. Apesar das enormes fraudes, o PPP conseguiu a maioria das cadeiras da Assembléia Nacional. Com a vitória, o presidente chamou o partido vencedor para formar o governo e Benazir Bhutto foi a primeira mulher no país a ser eleita chefe de um Estado Islâmico.<sup>81</sup>

Benazir em seus primeiros dias de governo tomou as seguintes medidas: Ela restaurou a liberdade e eliminou a censura à imprensa, libertou todos os prisioneiros políticos, abriu a mídia estatal, acabou com as restrições e o livre funcionamento de ONGs. No campo econômico, ela privatizou setores de energia, desregulou as instituições financeiras e descentralizou a economia.<sup>82</sup>

Embora o país passasse por grandes avanços segundo ela, o seu governo foi marcado por fortes escândalos de corrupção, incluindo seu marido. O curso da história política do país se alternava com ciclos viciosos de governos militares no poder e de governos opositoristas corruptos que barganhavam a confiança de um povo desacreditado nas instituições políticas de seu país.

No ambiente externo, Benazir Bhutto trabalhou para melhorar as relações diplomáticas com a Índia. Ambos os países assinaram um tratado no qual se comprometiam a não atacarem suas instalações nucleares, além do que eles estabeleceram uma linha direta entre os quartéis-generais dos dois países.<sup>83</sup>

Em seguida, ainda sob gestão de Benazir Bhutto, o Paquistão continuou lucrando com o apoio financeiro dos EUA e se tornou o terceiro principal país beneficiário da ajuda externa americana, depois de Israel e Egito. Em seguida, Islamabad negociou com Washington um compromisso no campo nuclear, incluindo o princípio de “não exportar tecnologia nuclear”.<sup>84</sup>

Apesar de toda ajuda, os Estados Unidos suspenderam em 1990 toda assistência militar e ajuda econômica ao Paquistão baseados na emenda Pressler sobre proliferação

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.185.

<sup>81</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit* p.190.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.191.

<sup>83</sup> *Idem*.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.187.

nuclear na qual os americanos desconfiavam de que os paquistaneses possuíam artefato nuclear.<sup>85</sup>

Por outro lado, o Paquistão enfrentava divergências internas na interpretação da autoridade constitucional, debates a cerca dos poderes do governo central para com as províncias, o conflito étnico na província de Sindh e o relacionamento antagônico entre a administração Bhutto e os governos de oposição em Punjab e no Baluchistão impediram fortemente reformas na área econômica e social. Houve também uma fragmentação do governo, bem como na relutância dos militares em apoiarem um governo envolvido em corrupção.<sup>86</sup>

Em decorrência desses fatos, o presidente Khan convocou novas eleições em agosto de 1990, dissolveu as assembleias e exonerou Benazir Bhutto. O resultado das eleições deu vitória a Nawaz Sharif que foi feito primeiro-ministro. Mais tarde, ele foi considerado o chefe de governo mais poderoso do Paquistão desde a década de 70. As suas políticas econômicas que envolviam privatização, desregulamentação e incentivo do setor privado contribuíram para o crescimento do país.<sup>87</sup>

Essa nova realidade do país, no entanto, não era aceita pela ex primeira-ministra. Segundo ela, o novo governo modificou vários dos programas implantados durante a sua gestão. Dentre eles, pode-se citar o orçamento com ênfase na atuação das forças armadas.<sup>88</sup>

Em 1993 o cenário doméstico encontrava-se, novamente, desfavorável à estabilidade política. Com a morte do chefe do estado-maior, Asif Nawaz, o primeiro-ministro perdera o apoio que tinha dentro das forças armadas. Daí, ele acusou o então presidente Ghulam Ishaq Khan de sabotar o governo e utilizar seus poderes para afastar primeiros-ministros e dissolver as assembleias. Sem um presidente, Moenuddin Quereshi foi escolhido como chefe de um governo interino e foram marcadas eleições.<sup>89</sup>

O resultado das eleições foi favorável ao PPP, que mais uma vez voltava ao centro do poder. Benazir Bhutto deu continuidade aos programas e políticas de seu governo anterior. Segundo ela, após grandes progressos no âmbito econômico, o país se transformou em um dos dez mercados emergentes.<sup>90</sup>

---

<sup>85</sup> *Idem.*

<sup>86</sup> EUA, Departamento de Estado. *História do Paquistão, op. cit.*

<sup>87</sup> *Idem.*

<sup>88</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.* p.195.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p.197.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p.198.

Mesmo após alguns avanços, o governo de Bhutto não resistiu às diversas conspirações – tanto dos serviços de informação, quanto dos militares – para derrubá-la do poder, porém em 1996 ela foi acusada corrupção dentro do governo e tiraram a do poder.<sup>91</sup>

Com isso, o quadro político favoreceu o retorno de Nawaz Sharif ao poder. Agora sob novo regime, o país seguiu uma política que tentou incorporar a sharia à constituição paquistanesa, além de se mostrar simpatizante da sociedade Talibã.<sup>92</sup>

Em 1998, o primeiro-ministro escolheu o general Pervez Musharraf como chefe do estado-maior do exército. Após um ano, Índia e Paquistão se envolveram em um conflito na região de Kargil (Caxemira) que quase os levou à guerra nuclear. O conflito de Kargil começou quando combatentes se infiltraram secretamente na região – de controle da Índia. Após descobrirem a infiltração, a Índia enviou 200 mil soldados. Em julho de 1999, Nawaz buscou apoio norte-americano para por fim ao conflito. Os Estados Unidos, por sua vez, pediram para que o Paquistão se retirasse da região e encerrassem o conflito. Segundo Burce Reidel, funcionário da segurança nacional, Bill Clinton estava ‘furioso’ com o governo de Nawaz, “queixando-se de que o Paquistão não cumprira a promessa de tirar Osama Bin Laden do Afeganistão e levá-lo a justiça” e que o Nawaz tinha autorizado o seu serviço secreto a “trabalhar com o Talibã para fomentar o terrorismo”.<sup>93</sup>

Em resposta, o primeiro-ministro retirou suas tropas unilateralmente da região, no entanto, a Índia não tinha sido avisada de tal plano e centenas de soldados morreram durante a retirada. Sob uma realidade bastante desfavorável, as relações entre Nawaz e Musharraf se deterioraram. Em outubro de 1999, ele tentou afastar Musharraf do comando do exército, porém sem sucesso. Os generais resistiram e Nawaf se encontrava cada vez mais isolado.

Nessas circunstâncias, os Estados Unidos estabeleceram um forte aliado no conturbado cenário político-militar que o Sul da Ásia vivia desde a independência do Paquistão. De início, os americanos contaram com o apoio paquistanês para expulsar as forças pró-soviéticas que almejavam criar um estado afegão aos moldes do que acontecia na Europa Oriental.

Ainda assim, os EUA mantiveram suas políticas de assistência econômica e militar que visavam criar bases para o fortalecimento de instituições democráticas. Todavia, o Paquistão se valeu das generosas contribuições para que seus governantes as utilizassem, cada qual de acordo com interesses próprios.

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p.201.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p.202.

<sup>93</sup> *Idem*.

### 2.3 PERVEZ MUSHARRAF NO PODER

Contando com forte apoio entre os militares e aproveitando o momento em que o primeiro-ministro se encontrava extremamente desacreditado dentro do governo, o General Pervez Musharraf deu um golpe de Estado em 12 de outubro de 1999.

Após dois dias no poder, ele tomou algumas medidas que o país, ao longo da sua trajetória de crises e golpes de estado, já estava acostumado, tais como: Estado de emergência, suspensão do parlamento e da constituição e sua auto-nomeação como chefe do executivo.<sup>94</sup>

Com os adventos dos atentados terroristas de 11 de setembro contra o World Trade Center e o Pentágono que vitimaram mais de 2000 pessoas, os EUA iniciaram a guerra contra o terror para capturar o responsável pela tragédia – o saudita Osama Bin Laden. Com isso, dar-se-á o conflito no Afeganistão – país controlado pelo regime Talibã desde a expulsão dos soviéticos durante a Guerra Fria. Vizinho do país, o Paquistão se tornou elemento chave no combate aos mentores do pior ato terrorista em solo americano.

Sob essa perspectiva, Pervez Musharraf decidiu se aliar na luta contra o terrorismo. Assim que Washington e Paquistão se acertaram quanto à aliança, Collin Powell anunciou um pacote de auxílio de 650 milhões de dólares (num total que chega a 10 bilhões de dólares) destinados à ajuda – principalmente no campo militar, além de verbas secretas calculadas em cinco bilhões de dólares. A ajuda internacional não se limitou aos americanos, a Comissão Européia autorizou uma concessão comercial ao país no valor de um bilhão de dólares e toda a dívida externa paquistanesa foi perdoada.<sup>95</sup>

A partir das generosas contribuições do Ocidente, Musharraf aproveitou o momento bastante propenso para se firmar na presidência do país a partir da ameaça islamita e queria mostrar ao mundo que estava envolvido na consolidação da democracia no Paquistão. Sob essa perspectiva, ele se tornou um grande protegido de Washington e se apresentou como o salvador da nação paquistanesa, assim como o primeiro combatente na frente de batalha contra Bin Laden.

Internamente, em 2002 ele alterou a constituição conferindo a si mesmo maiores poderes e convocou um referendo para se declarar presidente por cinco anos. Apesar de reivindicar forte presença da população no referendo, observadores internacionais constataram que houve cerca de 17% de comparecimento.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> EUA, Departamento de Estado. *História do Paquistão, op. cit.*

<sup>95</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.* p.204.

<sup>96</sup> *Idem.*

Como ocorrera anteriormente com o país, o general havia convocado eleições, porém tentando excluir alguns partidos que representavam alguma ameaça, dentre eles o PPP e o PML. Mais uma vez, o partido fundado pelo pai de Benazir Bhutto ganhou a maioria nas eleições, porém o presidente adiou por decreto a sessão do parlamento. Segundo Bhutto, membros do governo buscaram enfraquecer o partido ao levá-los a votarem no candidato de Musharraf. Como esperado, Mir Zafarullah Khan Jamali – ex ministro do gabinete de Zia – venceu graças ao apoio dos serviços de informação e aos parlamentares afastados do PPP.<sup>97</sup>

Com o resultado das eleições favorável ao governo, Musharraf garantiu a presidência por cinco anos. Mesmo após a promessa de deixar o comando das forças armadas, o general permaneceu no cargo, sem abandonar o uniforme.

À frente do exército, ele teve um governo dominado por questões de política externa por causa da Caxemira, além de enfrentar o extremismo nas regiões tribais no noroeste do país, e mais tarde, em ele viu o seu apoio despencar com o confronto com juízes paquistaneses.

Ainda em 2002, o presidente esteve à beira de uma guerra com a Índia pela Caxemira. O conflito começou com os ataques entre militantes paquistaneses na parte indiana. Com isso, Nova Déli acusou o Paquistão de dar apoio material aos rebeldes que se infiltravam em seu território.<sup>98</sup>

As tensões no Sudeste Asiático se deram também, com outro vizinho. O Afeganistão acusou o Paquistão de não combater eficazmente os militantes da Al Qaeda e Talibã na fronteira entre os dois países.<sup>99</sup>

Apesar dos desafios com os quais o país já havia se acostumado – tanto na questão fronteiriça com os militantes talibãs – quanto na questão da Caxemira, o ano de 2007 foi palco de uma série de acontecimentos que mudariam o curso da política paquistanesa desde 1999.

Acontecimentos turbulentos abalaram a autoridade de Musharraf quando ele suspendeu o presidente da Suprema Corte – Iftikhar Mohammad Chaudhry. Coincidentemente, 2007 era ano de eleição no país e o general precisava de alguém confiável que assegurasse a sua reeleição. Com o afastamento, o país foi tomado por uma onda de protestos e revoltas.<sup>100</sup>

Primeiramente, a associação de advogados de Lahore havia protestado e aqueles que se manifestaram contrários à medida do governo foram agredidos pelas forças de segurança.

---

<sup>97</sup> *Ibidem*, p.205.

<sup>98</sup> *Idem*.

<sup>99</sup> *Idem*.

Ademais, com a publicação das fotos do senador Latif Khosa – fortemente agredido durante os protestos – membros das associações convocaram um protesto geral no tribunal. Em resposta, a polícia atacou o prédio, obrigando os juízes a fugirem.<sup>101</sup>

Como represália contra o sistema judiciário, Musharraf suspendeu os juízes que considerassem sua reeleição institucional, ao mesmo tempo em que nomeou para compor a Suprema Corte àqueles que tinham alguma filiação com o meio militar. O resultado foi de mais violência e protestos; milhares de ativistas que se opunham foram presos durante manifestações.<sup>102</sup>

Considerado o principal aliado americano na guerra contra o terror, Musharraf acabou entrando em confronto com militantes islâmicos no Paquistão. Em julho de 2007 ele ordenou que as forças de segurança paquistanesas invadissem a Mesquita Vermelha, que possuía uma escola islâmica em Islamabad. O choque com o exército matou cerca de 100 pessoas e nas semanas que se seguiram, os conflitos entre eles se estenderam para as regiões tribais do norte do país e atentados suicidas no país se tornaram mais comuns.<sup>103</sup>

Ainda no mesmo ano, o governo teve de lidar com o forte impacto da volta de Benazir Bhutto. Figura emblemática da política paquistanesa, a ex-primeira-ministra foi exilada na Grã-Bretanha e voltara ao país após Musharraf concedê-la anistia. Com os distúrbios tomando conta do país, Benazir se tornou a esperança de muitos – naquele momento – para por fim aos conflitos e levar o país a eleições livres e democráticas. Porém, o seu retorno custou caro: em 27 de dezembro de 2007 ela morreu em um atentado suicida após um comício na capital Islamabad.

Com a sua morte, o general e os serviços de informação foram considerados mentores do atentado que vitimou mais 20 simpatizantes do clã Bhutto. Visando não piorar a situação instaurada no país, o presidente aceitou a participação da Scotland Yard (Política Metropolitana de Londres) para dirigir a investigação.

Apesar de politicamente isolado e numa situação de equilíbrio precário, o general negou qualquer tipo de envolvimento, dizendo: “Nenhuma organização de inteligência do Paquistão é capaz de doutrinar um homem para que se suicide”. Ele ainda chegou a culpá-la

---

<sup>100</sup> BHUTTO, Benazir, *op. cit.* p.207.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p.208.

<sup>102</sup> CASTRO, Luiz Fernando Damasceno Moura e. *Paquistão se aproxima de eleições sob estado de emergência*. Disponível: <[http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia\\_conjuntura.php?codigo=497&lateral=6&cabecalho=29&menu=>](http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=497&lateral=6&cabecalho=29&menu=>)>. Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>103</sup> *Idem*.

afirmando que Benazir tinha sido alertada de todas as ameaças e para que tomasse precauções porque sua vida corria sério risco.

As eleições foram adiadas para fevereiro do ano seguinte. Participaram os principais partidos de oposição ao regime: o PPP tendo a frente Asif Ali Zardari – viúvo da ex-primeira-ministra Benazir Bhutto – e o PML com Nawaz Sharif – ex-primeiro-ministro destituído do cargo com o golpe de 1999.<sup>104</sup>

Com a vitória da oposição, Musharraf foi se enfraquecendo mais ainda até que em agosto de 2008 renunciou ao cargo. Ele foi acusado de violar a Constituição e de má gestão da economia, sob forte pressão e com risco de sofrer impeachment, a oposição conseguiu destituir do cargo o presidente que há nove anos conduzia o país. Mais tarde, com eleições marcadas, Zardari tornar-se-ia o novo presidente eleito do Paquistão.

O confronto na Mesquita Vermelha e a demissão dos juízes da Suprema Corte mostraram o descontentamento da população paquistanesa com as políticas de Musharraf. Inicialmente o general assumira a presidência com os propósitos de trazer mais estabilidade, combater o extremismo e acabar com a precariedade das instituições democráticas. Os confrontos e distúrbios em 2007 ressaltaram as práticas ditatoriais de um governante que utilizou dos excessos de poderes para por em prática medidas que garantissem a sua manutenção no cargo por meio de eleições com cartas marcadas.

---

<sup>104</sup> MENEZES, Anna Cláudia de Santana. *Eleições no Paquistão*. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia\\_conjuntura.php?codigo=512&lateral=6&cabecalho=29&menu=>](http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=512&lateral=6&cabecalho=29&menu=>)>. Acesso em: 02 fev. 2009.

### **3 A POLÍTICA DE DEMOCRACIA ESTADUNIDENSE PARA O PAQUISTÃO DE 1999 ATÉ A QUEDA DE PERVEZ MUSHARRAF**

*The survival of liberty in our land increasingly depends on the success of liberty in other lands. The best hope for peace in our world is the expansion of freedom in all the world.*

*Presidente George W. Bush, 2005*

Nesse sentido, este capítulo analisará a política externa norte-americana voltada para a disseminação e consolidação da democracia no Paquistão. Até que ponto os discursos proferidos pelos diplomatas e presidentes americanos convergem com as práticas adotadas por eles para o governo do general Musharraf? Que padrão se estabelece para a democracia e como fica em confronto com os acontecimentos no Paquistão? Como o governo dos EUA reagiu com o golpe de estado que levou uma junta militar ao poder?

Para responder a essas indagações, torna-se intrínseca a análise dos documentos oficiais que a Casa Branca e o Departamento de Estado relataram a cerca dos ideais democráticos que os EUA pregam para o restante do mundo, concomitantemente aos documentos que dizem respeito às relações EUA-Paquistão como: A Estratégia de Segurança Nacional, o Relatório do Congresso Americano sobre a Cooperação Anti-Terrorismo entre ambos e o Escritório de Democracia Direitos Humanos e Trabalhista – subordinado ao Departamento de Estado.<sup>105</sup>

#### **3.1 O CONCEITO DE DEMOCRACIA SEGUNDO A CARTILHA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO**

A democracia, segundo os Estados Unidos, consiste no conjunto de práticas e princípios que visam a proteção da liberdade humana como: o direito das minorias e dos indivíduos, a liberdade de expressão e de religião. Direitos, estes, protegidos por um sistema judiciário independente. Além disso, cabe a ela impedir a centralização de poder por parte de uma minoria, entendo que o governo deve-se encontrar tão acessível às pessoas quanto possível, bem como conduzir eleições justas e livres.

---

<sup>105</sup> EUA. Departamento de Estado. *Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor*. Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/democ/index.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

Dentro desse conjunto de práticas existem vários princípios que a norteiam. Dentre eles encontram-se os partidos políticos por meio dos quais o povo trabalhará para construir o governo que escolher. Dentro deste cenário, os partidos políticos de oposição encontrar-se-ão livres para criticar as idéias políticas do partido eleito.

Outro elemento participativo da democracia é o constitucionalismo. Ele reconhece que um governo democrático e responsável deve ser acompanhado de limites constitucionais ao poder do governo. A constituição, por sua vez, descreve a estrutura básica do governo, bem como estabelece os fundamentos políticos, administrativos e judiciais do Estado.

Sob esse prisma, o poder é dividido de modo que o Legislativo faz as leis, o Executivo cumpre as leis e o Judiciário trabalha de forma independente. Os líderes democráticos cumprem mandatos por um período fixo e aceitam os resultados das eleições livres.

Nesse sentido, aparece outro elemento presente na democracia: o Estado de Direito. Ele significa que nenhum indivíduo – presidente ou cidadão comum – está acima da lei, ou seja, todos são iguais. Com isso, a aplicação de uma lei não pode estar voltada apenas a um indivíduo ou grupo.

Outro elemento de suma importância que se insere na construção da democracia é o chamado Governo da Maioria, Direitos da Minoria. Entende-se por governo da maioria como sendo o meio para organizar o governo e decidir sobre assuntos públicos, ao mesmo tempo em que é creditada a proteção dos direitos, identidades culturais, práticas sociais e atividades religiosas de uma minoria. A aceitação de grupos étnicos e culturais diferentes é visto como positivo por tratar essas diferenças como um desafio que pode reforçar e enriquecer a toda a sociedade.

Mais uma parte inalienável do escopo democrático refere-se aos direitos humanos. Direitos, estes, que compreendem a liberdade de expressão, de religião e crença, de julgamento justo e igual proteção legal, e liberdade de organizar, denunciar, discordar e participar plenamente na vida pública da sociedade. Para isso, os governos devem criar leis que protejam os direitos humanos enquanto os sistemas judiciários as aplicam igualmente a toda a população.

A presença de uma imprensa livre torna-se crucial dentro de um sistema democrático. Ela deve ser influenciada apenas pela busca da verdade, tanto quanto puder e agir de maneira responsável. Cabe ao governo permitir o livre acesso a informação e a documentos públicos, não impedindo, ou mesmo colocando obstáculos sobre o que pode ou não ser dito.

A democracia abrange, também, o princípio da responsabilidade do governo e dos cidadãos. No primeiro caso, ele tem como principal mecanismo as eleições livres e justas. Além disso, esse princípio permite que os eleitores escolham políticas alternativas quando insatisfeitos com o desempenho de uma autoridade pública. Os cidadãos, por sua vez, devem concordar em seguir as regras e deveres que regem os regimes democráticos e são incumbidos de deveres para que as democracias sejam bem sucedidas. A participação não se limita ao voto, segundo esse princípio, o cidadão tem que participar ativamente porque dele depende o sucesso ou fracasso do governo. Como diz um ditado nas sociedades livres: ‘cada povo tem o governo que merece’.

No que tange a questão de defesa e segurança de um país, o relacionamento entre civis e militares – dentro de uma sociedade democrática – deve se basear no pressuposto da neutralidade por parte dos militares, que são servidores que não apóiam nenhuma tendência política no Estado, deixando as decisões políticas finais para os dirigentes civis eleitos. Nesse sentido, o meio militar trabalha na defesa da sociedade e não em defini-la. A sua lealdade se manifesta aos ideais do país, ao Estado de Direito e ao princípio da própria democracia. Em tempos de crise, muitas sociedades procuram a liderança militar, o que não ocorre nas democracias.<sup>106</sup>

### **3.2 OS ESTADOS UNIDOS ANTES DO 11 DE SETEMBRO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PAQUISTÃO**

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA é um documento periódico elaborado pela Casa Branca que visa delinear as grandes preocupações de segurança nacional e os meios pelos quais os americanos enfrentarão os seus desafios.

Na Estratégia de Segurança Nacional de 1998, o Paquistão é citado em diferentes assuntos como: controle de armas, proliferação nuclear e democracia. Nesse período, os Estados Unidos estavam preocupados com os testes nucleares, em especial da Índia e do Paquistão. Com isso, os americanos instigavam os países para a assinatura do Tratado de Proibição Total de Teste (*Comprehensive Test ban Treaty – CTBT*) e ao aderirem a ele, os EUA poderiam monitorar as atividades nucleares suspeitas em outros países.<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> EUA. Embaixada dos Estados Unidos. *Princípios da Democracia*. Disponível em: <<http://www.embaixadaamericana.org.br/democracia/>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

<sup>107</sup> EUA, Departamento de Estado. *The National Security Strategy 1998*, p.10. Disponível em: <http://www.fas.org/man/docs/nssr-98.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2009.

Para os Estados Unidos os testes nucleares indianos e paquistaneses foram injustificados na medida em que isso agravava o risco de uma proliferação de armas nucleares na região. Em resposta, o governo do presidente Bill Clinton impôs sanções a Nova Déli e Islamabad, que incluíam: término na venda de artigos e serviços na área de defesa; fim do auxílio militar; negava a eles créditos na agricultura e cessava os créditos proferidos pelas agências do governo americano; proibia o empréstimo ou crédito por parte de qualquer banco americano aos governos da Índia e Paquistão, com exceção a compra de comidas e, por fim, proibia a exportação de bens específicos e tecnologias sujeitas a licença do Departamento de Comércio dos EUA.<sup>108</sup>

Referente à democracia, a estratégia americana para o Sudeste Asiático e Oriente Médio se concentrou no respeito profundo aos ensinamentos e regras morais de acordo com suas religiões, desmentindo alegações que a definiam como anti-islamitas. Ela também ressaltou que a política dos EUA é dirigida às ações dos governos e grupos terroristas e não às pessoas ou fé.<sup>109</sup>

Na época, a Secretária de Estado norte-americana – Madeleine Albright – afirmou que o próprio presidente Clinton acreditava que o fim da Guerra Fria havia criado uma nova oportunidade para as relações entre os dois países. Segundo ela, os Estados Unidos enxergavam o Paquistão como um país com uma sociedade islâmica profundamente religiosa e ao mesmo tempo com fortes elementos de um sistema político democrático moderado e pluralista.<sup>110</sup>

Coincidindo com o mesmo período em que os dois países do sul asiático realizaram testes nucleares, Albright ainda ressaltou que: “Nós não acreditávamos que o nosso compromisso com a não-proliferação nuclear seria contraditório ao buscar melhorar nossas relações com esses dois países. Pelo contrário, a não-proliferação e os nossos objetivos eram mútuos”.<sup>111</sup> Além disso, para ela os testes ocorridos em maio de 1998 aumentaram as tensões na região, criaram novos desafios para a eficácia de um regime global de não-proliferação e levou a diplomacia americana a ajustes que poderiam interferir nos seus objetivos de longo prazo.<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> *Ibidem*, p.53.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p.54.

<sup>110</sup> ALBRIGHT, Madeleine. *Pakistan, the U.S., and the Quest for Common Ground*. 1998. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1998/980128\\_oakley\\_security.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1998/980128_oakley_security.html)>. Acesso em: 03 fev. 2009.

<sup>111</sup> “(...) *We did not believe our commitment to non-proliferation to be in any way at odds with our interest in better relations with both countries. Quite the contrary: We saw these goals to be mutually reinforcing.* Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1998/980128\\_oakley\\_security.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1998/980128_oakley_security.html)>. Acesso em 03 fev. 2009.

<sup>112</sup> *Idem*.

No ano seguinte, com os advenços dos testes de 1998, o governo americano considerava ambos os países partes do problema no que tangia a proliferação nuclear. Na tentativa de reverter esse quadro geopolítico instaurado, a diplomacia estadunidense acreditava serem necessários quatro passos importantes no campo da segurança, tais como: em primeiro lugar eles deveriam aderir ao Tratado de Proibição Total de Ensaio; em seguida, fazer o possível pelo fim da produção de materiais cindíveis; posteriormente, ponderação no desenvolvimento e produção de mísseis balísticos de capacidade nuclear; e em quarto lugar os países deveriam reforçar a exportação de materiais militares.<sup>113</sup>

Ainda assim, a diplomacia dos EUA buscou transcender a problemática da segurança para além das questões que envolvem apenas armas. Para os americanos, segurança consiste numa questão que leva ao aumento do nível de vida das pessoas, sendo possível, assim, construir democracias sólidas.<sup>114</sup>

Sob essa linha de pensamento, eles afirmam que a democracia tem sido um princípio orientador da sua política externa – o que eles denominam de diplomacia preventiva – que nada mais é do que a promoção dos avanços da democracia americana sob seus interesses, incluindo àqueles voltados à segurança. Isso porque para eles, as democracias são mais propensas a cumprirem seus compromissos internacionais e de serem parceiras comerciais, ao mesmo tempo em que são menos suscetíveis a interferirem nos assuntos de outros países bem como de entrarem em guerra entre si.<sup>115</sup>

Com essa relação inerente democracia-segurança, os Estados Unidos procuram embasar os seus preceitos democráticos em todos os lugares do mundo, desconsiderando as diversidades culturais, ideológicas e políticas. Com isso, eles propagam uma política intervencionista, no sentido de pressionarem por meio que vão desde sanções políticas e econômicas até intervenções militares para estabelecerem um sistema que crie um ambiente favorável às necessidades político-estratégicas norte-americanas.

O ano de 1999 foi marcado por uma expressiva aproximação entre as duas nações. Os esforços indo-paquistanês resultaram em encontros com representantes de alto nível, incluindo os primeiros-ministros e ministros dos negócios estrangeiros. Essa demonstração representou, segundo os EUA, um forte exemplo de que as feridas da partilha podem ser curadas pela via pacífica. Com avanços bastante significativos à frente, Clinton disse: “Nós

---

<sup>113</sup> ALBRIGHT, Madeleine. *Dialogue, Democracy and Nuclear Weapons in South Asia*. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1999/990116\\_talbott\\_sa.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1999/990116_talbott_sa.html)>.

<sup>114</sup> *Idem*.

<sup>115</sup> *Idem*.

continuaremos nossos esforços para trabalharmos com a Índia e Paquistão no sentido de promover progressos na região”.<sup>116</sup>

Reforçando os esforços na região, os americanos defendiam que uma maior cooperação e confiança entre Índia e Paquistão são essenciais para as metas dos EUA. Nesse parâmetro, o Sub-Secretário de Estado norte-americano, Talbott disse: “Nenhum esforço diplomático da nossa parte terá efeito ao menos que os países superem as suas inimizades”.<sup>117</sup>

Nesse período, o governo Clinton conseguiu que os dois países aderissem ao CTBT além de tornar suas leis mais severas com relação à exportação de materiais e tecnologias sensíveis. Como os resultados promissores, os EUA trabalhavam e se concentravam em medidas para reavaliar as sanções impostas referentes aos testes do ano passado.<sup>118</sup>

Com o golpe de estado em outubro do mesmo ano, o governo americano se pronunciou oficialmente após dois meses do ocorrido. Inicialmente, a diplomacia norte-americana buscou pressionar o novo governo no Paquistão para cumprir com as promessas feitas pelo seu presidente de restaurar a democracia. Em seguida, os EUA utilizaram a sessão 508 do “Foreign Operations Appropriations Act” que aplicava sanções à um país cujo chefe de governo democraticamente eleito era deposto por um golpe militar ou deposto. Assim sendo, a maioria das assistências ao Paquistão foram proibidas.<sup>119</sup>

No entanto, segundo o Departamento de Estado, os EUA não viam nenhuma vantagem em pressionar mais a junta militar paquistanesa nas instituições financeiras internacionais. As relações entre Washington e Islamabad estavam pautadas na questão de terrorismo, não-proliferação e narcóticos. Coincidentemente, Musharraf estava em concordância com os interesses americanos. Inicialmente, ele estava disposto a manter o diálogo com a Índia para buscar um apaziguamento entre eles, retirando suas tropas da Caxemira. Com relação aos narcóticos, o Paquistão implantou leis autônomas nas regiões tribais na fronteira afegã, o que representou o fim dos santuários de traficantes de drogas e de laboratórios de heroína.<sup>120</sup>

Nessas circunstâncias, o novo governo que tomou o poder no Paquistão, mesmo contrariando todos os princípios democráticos americanos, aos poucos, tornava-se um grande

---

<sup>116</sup> ALBRIGHT, Madeleine. *Promoting Human Rights in the Pursuit of Peace: Assessing 20 Years of U.S. Human Rights Policy*. Disponível em:

<[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1999/990303\\_indefurth\\_saus.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1999/990303_indefurth_saus.html)>. Acesso em: 03 fev. 2009.

<sup>117</sup> "No amount of diplomatic exertion on our part -- on nonproliferation or any other subject -- will have much effect unless and until India and Pakistan liberate themselves from their own enmity." Disponível em:

<[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1999/990303\\_indefurth\\_saus.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1999/990303_indefurth_saus.html)>. Acesso em: 03 mar. 2009.

<sup>118</sup> *Idem*.

<sup>119</sup> *Ibidem*. Disponível em:

<[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1999/991206\\_pickering\\_forum.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1999/991206_pickering_forum.html)>. Acesso em: 03 mar. 2009.

<sup>120</sup> *Idem*.

parceiro na luta contra os cartéis de drogas instaurados no Afeganistão e nas regiões tribais paquistanesas e mostrava-se, cada vez mais, disposto em por fim ao clima de desconfiança e de ameaça com a Índia.

No ano de 2000, após uma reunião com autoridades paquistanesas, diplomatas americanos ressaltaram as questões-chave de preocupação dos EUA e do Paquistão. Dentre elas, existem: terrorismo, democratização, a reforma econômica, proliferação de armas nucleares e mísseis balísticos, promover a estabilidade regional, através do diálogo produtivo com a Índia e a necessidade do país de retornar – o mais rápido possível – a um governo civil democrático.<sup>121</sup>

Sob o viés da democracia, autoridades americanas classificaram o golpe militar de outubro de 1999 como um retrocesso às aspirações democráticas no país. Ademais, eles não aprovavam o modo pelo qual ocorreu o golpe e clamavam ao general Musharraf para ver o país sob a via democrática em um curto espaço de tempo.<sup>122</sup>

O Paquistão vinha, dessa maneira, amalgamando um forte prestígio dentro do governo dos Estados Unidos, tanto pelo combate ao terrorismo, principalmente nos esforços empreendidos para conter a influência do Talibã nas regiões do Afeganistão, como pelas ações desencadeadas para a aproximação com Nova Déli. Apesar disso, a situação política interna reinante não era totalmente alinhada a doutrina norte-americana na promoção e manutenção da democracia.

### **3.3 UM NOVO ALIADO NA GUERRA CONTRA O TERROR: O PAQUISTÃO DE PERVEZ MUSHARRAF**

Após o 11 de setembro, foram aprovados por George W. Bush vários planos ofensivos com o intuito de combater o terrorismo. Os esforços americanos se concentraram na arena diplomática quando buscaram apoio de nações amigas para que se juntassem na chamada guerra contra o terror. Cada qual de acordo com os seus interesses e posições, no caso paquistanês, os EUA voltaram seus esforços para o Paquistão quer pela proximidade geográfica com o vizinho Afeganistão, quer pela aproximação que o governo de Musharraf tinha com o regime Talibã.

---

<sup>121</sup> *Ibidem*. *A new strategy for Pakistan*. Disponível em:

<[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/2000/000121\\_inderfurth\\_pakistan.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/2000/000121_inderfurth_pakistan.html)>. Acesso em: 03 fev. 2009.

<sup>122</sup> *Idem*.

Após algumas semanas dos ataques terroristas, o então Secretário de Estado norte-americano, Collin Powell, visitou Islamabad para endossar o forte apoio recebido pelo presidente paquistanês. Nas palavras do general, a visita do chefe da diplomacia americana representava uma nova era nas relações dos paquistaneses com os EUA.<sup>123</sup>

Baseada primordialmente na guerra contra o terror, o relacionamento Washington-Islamabad alcançou o âmbito doméstico. Segundo Powell, Musharraf tinha se empenhado nos esforços para a volta da democracia, em empreender reformas econômicas e buscar uma solução com a Índia. Os EUA, por sua vez, perdoaram as dívidas que o país tinha e defenderam para que as instituições financeiras internacionais fizessem o mesmo.<sup>124</sup>

No ano seguinte aos atentados, o forte relacionamento ainda permanecia. Collin Powell ressaltou que o novo relacionamento com o Paquistão não seria temporário, e sim um relacionamento por um longo período. Para ele, essa decisão de permanecer ao lado dos EUA transformaria o país em um Estado moderado com uma sociedade moderna.<sup>125</sup>

Acerca das eleições marcadas para outubro do mesmo ano, os Estados Unidos afirmavam que a democratização paquistanesa era uma peça chave na manutenção das relações entre os dois países, ainda assim, os americanos agradeciam os esforços de Musharraf para conduzir eleições livres e justas.<sup>126</sup>

Para os americanos, nesse período, a Caxemira encontrava-se na agenda internacional estadunidense. O problema na região deveria ser resolvido, segundo eles, por meio do diálogo e de um processo político fortalecido. Assim sendo, isso levaria à prevenção de futuras crises e, mais tarde, à paz na região.<sup>127</sup>

A Estratégia de Segurança Nacional da Casa Branca de 2002 mantêm-se em concordância com a visão da diplomacia americana. Segundo a estratégia, o Governo de George W. Bush tem se empenhado para uma solução de litígios entre Índia e Paquistão. Para isso, os americanos trabalharam e desempenharam um papel construtivo no fortalecimento das relações bilaterais entre indianos e paquistaneses. As relações entre Islamabad e

---

<sup>123</sup> POWELL, Colin. EUA. *A New Partnership with Pakistan*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02. fev. 2009.

<sup>124</sup> *Ibidem*. *Campaign Against Terrorism*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009 October 24, 2001.

<sup>125</sup> *Ibidem*. *The situation in South Asia*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009

<sup>126</sup> *Ibidem*. *Press Briefing with Pakistani Minister of State for Foreign Affairs Inam ul Haq*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02 fev 2009.

<sup>127</sup> *Idem*.

Washington foram reforçadas a medida que os paquistaneses decidiram se unir na luta contra o terror e dar espaço para a consolidação de uma sociedade mais aberta e tolerante.<sup>128</sup>

Essa visão positiva sobre o governo de Musharraf com relação aos seus esforços na promoção de melhorias internas e no seu posicionamento como aliado chave dos EUA foi compartilhada – novamente – com a Secretária de Estado, Condoleezza Rice. Segundo ela, as relações entre os dois países não se limitam unicamente na guerra contra o terror, os Estados Unidos apóiam as reformas econômicas e no sistema educacional. Com isso, a contribuição americana tem girado em torno de três bilhões de dólares em assistência econômica e de segurança durante cinco anos.<sup>129</sup>

Ainda em 2005, em visita a capital paquistanesa, Rice defendia a importância de profundas reformas econômicas que, somente assim poderiam criar os caminhos que levassem a eleições livres e justas em 2007. Ela ressaltou que o caráter da sua ida ao Paquistão girava em torno da democracia – assunto central com todos os países, inclusive com eles<sup>130</sup> – que através de progressos e reformas educacionais, liberdade de imprensa trariam esperança a um país com uma sociedade tolerante e democrática sob vários pontos de vista.

Em 2006 foi a vez do presidente George W. Bush retribuir o auxílio paquistanês. Segundo Bush, Musharraf era um grande líder que vinha contribuindo imensamente na luta contra o extremismo na região e no combate contra os terroristas instaurados na fronteira com o Afeganistão. Nesse cenário, nas palavras de Bush, o general prevê um Estado moderno que oferece uma alternativa ao radicalismo.<sup>131</sup>

No mesmo ano, foi lançada a Estratégia de Segurança Nacional da Casa Branca na qual defendia que toda a região do sul e centro da Ásia se tornassem democráticos, prósperos e em paz, uns com os outros. No que se refere ao Paquistão, os EUA estavam esperançosos para ver o país rumo a um futuro estável, seguro e democrático. Por fim, o documento ressaltou a urgência em melhorar as relações entre Índia e Paquistão, dois países considerados por Washington vitais no aprofundamento das relações com os EUA com toda a Ásia Central.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> EUA, Departamento de Estado. *The National Security Strategy 2002*, p.10. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

<sup>129</sup> RICE, Condoleezza. *Remarks with Pakistani Foreign Minister Khurshid Mahmood Kasuri*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/43563.htm>>.

<sup>130</sup> (...)”*And so we will always talk about the need for democracy. And it is central to our dialogue with every country in the world and it is also central for our dialogue here. And I found our Pakistani hosts to be more than willing and open to have those discussions.*” Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/43563.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>131</sup> *Ibidem*. *Remarks by President Bush and President Musharraf of Pakistan*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/p/sca/rls/rm/2006/62588.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>132</sup> EUA, Departamento de Estado. *National Security Strategy 2006*. p.39. Disponível em:

Apesar dos aparentes progressos que as relações EUA-Paquistão tem trazido para ambos tanto sob a esfera interna como em âmbito internacional, o regime de Musharraf e suas políticas tem mostrado justamente o contrário para a realidade paquistanesa, de acordo com diversos organismos de direitos humanos e organizações não governamentais.

De acordo com a ONG Fund for Peace, a realidade acerca dos indicadores sociais, econômicos e políticos do Paquistão é divergente daquela apresentada pelos relatórios norte-americanos.

Paralelo a isso, surge uma expressão, cada vez mais usada nos meios acadêmicos, o conceito de 'Estados Falidos'. Ele consiste em caracterizar um país que apresenta uma erosão na sua soberania, seja por causa de um conflito armado, epidemias ou violações de direitos humanos.<sup>133</sup>

No ano de 2005, o regime de Pervez Musharraf levou o país a 34º posição dentre os países classificados como Estados Falidos, considerando-se o ranking em ordem crescente. Esta lista leva em consideração três aspectos de desenvolvimento dos países: indicadores sociais, políticos e econômicos.

Com relação aos indicadores sociais (I-1; I-2; I-3 e I-4), leva-se em consideração o movimento maciço de refugiados, a trajetória humana crônica e grupos migratórios em busca de alimentos, infra-estrutura, saúde e outros,

No que se refere aos indicadores econômicos (I-5 e I-6), representados pelas siglas eles tratam basicamente do desenvolvimento econômico desigual dos grupos ao longo do tempo e do grave declínio econômico do país.

Por sua vez, os indicadores políticos (I-7; I-8; I-9; I-10; I-11 e I-12) circunscrevem a temática da criminalização e da falta de legitimidade do Estado acrescido da progressiva deterioração dos serviços públicos, da suspensão arbitrária do Estado de Direito, da ampla violação dos direitos humanos, a intervenção de outros Estados nas políticas internas, crescimentos das facções elitizadas e atores políticos externos.<sup>134</sup>

Esses dados podem ser visualizados de maneira prática no quadro se segue:

---

<<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2008>.

<sup>133</sup> WOODWARD, Susan. *Estados falidos, o peso das palavras*. Disponível em: <<http://www.enjeux-internationaux.org/articles/num11/pt/estados.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

<sup>134</sup> THE FUND FOR PEACE. *The Failed States*. Disponível em:

<[http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com\\_content&task=view&id=103&Itemid=325](http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=103&Itemid=325). Acesso em: 04 fev. 2009.

Tabela 1 - Índice dos Estados Falidos - 2005

Rank	Países	I-1	I-2	I-3	I-4	I-5	I-6	I-7	I-8	I-9	I-10	I-11	I-12	Total
1	Cote d'Ivoire	8	8	7.7	8.8	9	7.7	9.8	9.5	9.4	9	9.1	10	106
2	Dem. Rep. of the Congo	9	9.4	9	7	9	8	8	9	9.1	8.7	9.1	10	105.3
3	Sudan	8.6	9.4	7.8	9.1	9	8.5	9.2	8.7	8	9.8	8.7	7.3	104.1
4	Iraq	8	9.4	8.3	6.3	8.7	8.2	8.8	8.9	8.2	8.4	10	10	103.2
5	Somalia	9	8	7.4	6.3	9	8.3	9.8	10	7.8	10	8.7	8	102.3
6	Sierra Leone	9	8	7.5	8.9	8.7	10	7.5	9.1	8.7	6.3	8.6	9.8	102.1
7	Chad	8	9.1	7.1	8.3	9	8	8.9	9	9.1	7	9.4	8	100.9
8	Yemen	7.8	8	6.4	8.2	9	8.8	9.8	9.3	6.4	9	9.4	7.6	99.7
9	Liberia	9	7.8	7.3	8.1	9	10	7.5	8.2	8.2	6.5	7.9	10	99.5
10	Haiti	8.8	8	7.7	3.4	9	8.1	9.4	9.8	8.7	7.8	8.5	10	99.2
11	Afghanistan	9	8	8	7.4	8.8	7.5	8.1	8.1	7.9	8.2	8	10	99
12	Rwanda	9	7.8	8	8.6	9	9.2	9.5	5	8.3	5	8.9	8.2	96.5
13	North Korea	8	6	7.2	8.1	9	9.6	9.8	9.7	9	8.3	8	3	95.7
14	Colombia	9	8	6.9	9.2	9	7.1	9.8	4.2	8.2	5.4	9.2	9	95
15	Zimbabwe	9	8	6.4	7.7	9	7.3	7.9	8.5	7.5	9	7.9	6.7	94.9
16	Guinea	9	6	6.1	10	9	4.5	9.7	7.5	8.1	8.1	9.2	7.5	94.7
17	Bangladesh	8.4	7	7.6	6	9	7.4	9.5	8.2	8.5	8	8.7	6	94.3
18	Burundi	9	7.2	7.1	3.8	8.8	7.8	7.2	9	8.3	7.5	8.6	10	94.3
19	Dominican Republic	9	8	7.1	8.5	9	6.8	6.8	9.6	9.2	7	9.2	4	94.2
20	Central African Republic	9	5	8.8	3	7	9	9.7	8	8.2	9	10	7	93.7
21	Venezuela	8	8	6.8	7.6	9	4.5	9.8	8.2	9.1	7.8	7.2	7.5	93.5
22	Bosnia and Herzegovina	7	8	8.6	5.7	9	5.7	8.5	6	7.3	9	8.7	10	93.5
23	Burma/Myanmar	8.9	8	6.3	8	9	6.9	9.2	8	9.6	9	7.5	3	93.4
24	Uzbekistan	6.5	8	6.8	6.8	9	6	9.1	5	9.6	9	9.4	8	93.2
25	Kenya	9	8	6.7	8.3	8.8	6.3	8.9	7.4	8.5	8.4	8.4	4	92.7
26	Bhutan	8	8	5.5	8	9	8	9.8	5	8	6	10	6.7	92
27	Uganda	9	7.6	6.9	5.7	8.4	6	8	8.4	8.3	8	8.1	7.3	91.7
28	Laos	9	6.7	6.3	8.8	9	6.5	7.9	2.5	9.4	9	9.7	6.7	91.5
29	Syria	9	8	7.5	6.8	9	5	9	5	7.6	9	8.2	7.4	91.5
30	Ethiopia	8.7	8	6	7.3	9	8.5	7.9	5.5	6.3	9	8.9	6	91.1
31	Guatemala	9	6	7.4	7.5	9	7.7	9.5	5	8.7	8.1	9.1	4	91
32	Tanzania	9	7.2	7.6	6.7	8.9	4.5	8.2	7.8	8.6	7.9	7.5	7.1	91
33	Equatorial Guinea	8	6	6.3	9	9	5.1	9.9	8	7.8	7	9.8	5	90.9
34	Pakistan	5	5	6.9	8	9	3.3	9.8	7.5	8.1	9	9.3	8.5	89.4

#### Legenda

**I-1** Mounting Demographic Pressures

Massive Movement of Refugees or Internally Displaced Persons creating Complex Humanitarian Emergencies

**I-2**

**I-3** Legacy of Vengeance-Seeking Group Grievance or Group Paranoia

**I-4** Chronic and Sustained Human Flight

**I-5** Uneven Economic Development along Group Lines

**I-6** Sharp and/or Severe Economic Decline

**I-7** Criminalization and/or Delegitimization of the State

**I-8** Progressive Deterioration of Public Services

Suspension or Arbitrary Application of the Rule of Law and Widespread Violation of Human Rights

**I-9**

**I-10** Security Apparatus Operates as a "State Within a State"

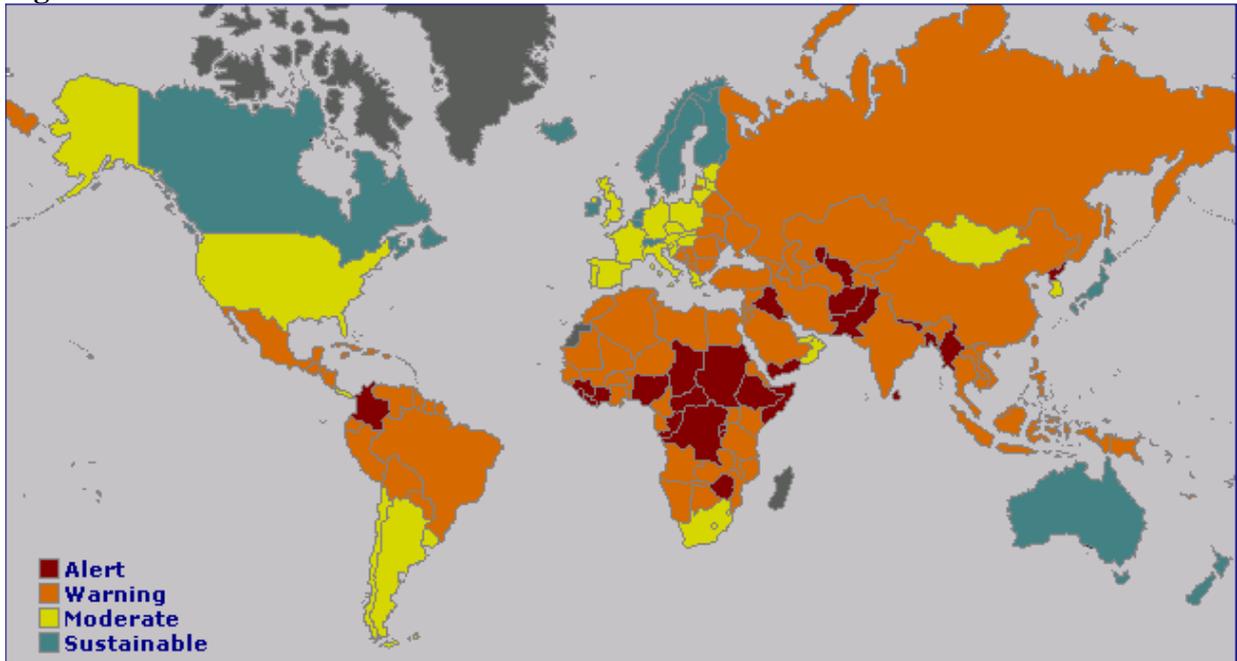
**I-11** Rise of Factionalized Elites

**I-12** Intervention of Other States or External Political Actors

Fonte: The Fund For Peace

No ano de 2006, o Paquistão alcançou a 9ª posição no ranking dos países classificados como Estados Falidos, mostrado, a seguir, pela tabela abaixo.

**Figura 1- Estados Falidos 2006**



Fonte: The Fund for Peace

Tabela 2 - Índice dos Estados Falidos - 2006

Rank	Países	I-1	I-2	I-3	I-4	I-5	I-6	I-7	I-8	I-9	I-10	I-11	I-12	Total
1	Sudan	9.6	9.7	9.7	9.1	9.2	7.5	9.5	9.5	9.8	9.8	9.1	9.8	112.3
2	DRC	9.5	9.5	9.1	8	9	8.1	9	9	9.5	9.8	9.6	10	110.1
3	Cote d'Ivoire	8.8	7.6	9.8	8.5	8	9	10	8.5	9.4	9.8	9.8	10	109.2
4	Iraq	8.9	8.3	9.8	9.1	8.7	8.2	8.5	8.3	9.7	9.8	9.7	10	109
5	Zimbabwe	9.7	8.9	8.5	9	9.2	9.8	8.9	9.5	9.5	9.4	8.5	8	108.9
6	Chad	9	9	8.5	8	9	7.9	9.5	9	9.1	9.4	9.5	8	105.9
7	Somalia	9	8.1	8	7	7.5	8.5	10	10	9.5	10	9.8	8.5	105.9
8	Haiti	8.8	5	8.8	8	8.3	8.4	9.4	9.3	9.6	9.4	9.6	10	104.6
9	Pakistan	9.3	9.3	8.6	8.1	8.9	7	8.5	7.5	8.5	9.1	9.1	9.2	103.1
10	Afghanistan	7.9	9.6	9.1	7	8	7.5	8.3	8	8.2	8.2	8	10	99.8
11	Guinea	7.5	7.2	8.1	8.4	8	8	9.1	9	8.1	8.1	9	8.5	99
12	Liberia	8	9.3	7	7.1	8.6	8.9	7.8	9	7.2	7.3	8.8	10	99
13	Central African Republic	9	7.7	8.8	5.5	8.5	8.1	9	8	7.5	8.9	8	8.5	97.5
14	North Korea	8	6	7.2	5	9	9.5	9.8	9.5	9.5	8.3	8	7.5	97.3
15	Burundi	9	9.1	7	6.7	8.8	7.8	7.2	8.5	7.5	7.3	7.8	10	96.7
16	Yemen	7.8	6.7	7	8.2	9	7.8	8.8	8.2	7.2	9	9.4	7.5	96.6
17	Sierra Leone	8.5	7.9	7.1	8.9	8.7	9	8	8	7	7	7.7	8.8	96.6
18	Burma/Myanmar	8.9	8.8	9	6	9	7.1	9.2	8.2	9.8	9	8	3.5	96.5
19	Bangladesh	9	5.8	9.5	8.5	9	7	9	7.5	7.8	8.3	8.9	6	96.3
20	Nepal	8.5	4.8	9.2	6	9.2	8.5	9.2	6.2	9.1	9	9	6.7	95.4
21	Uganda	8	9.2	7.8	5.7	8.4	7.5	8	8	8	8.5	7.9	7.5	94.5
22	Nigeria	8	5.9	9.1	8.5	9	5.4	9	8.3	7.1	9.2	9	5.9	94.4
23	Uzbekistan	7.7	5.8	7.5	7.5	8.1	7	9.3	7	9.3	9.1	9.1	7	94.4
24	Rwanda	9.5	7	9	8.2	7.2	8	8.7	6.9	7.7	5	8.9	6.8	92.9
25	Sri Lanka	8	8.2	9.1	6.7	8	5.7	8.6	7	7.2	8.5	8.9	6.5	92.4
26	Ethiopia	9	7.6	7	7.5	8.5	8	7.6	6.2	8	7.5	8.7	6.3	91.9
27	Colombia	7	9.1	7.4	8.5	8.5	3.2	8.7	6.5	7.6	9	9.2	7.1	91.8
28	Kyrgyzstan	8	6.6	7	7.5	8	7.5	8.3	7.3	7.9	8.3	7.9	6	90.3

#### Legenda

**I-1** Mounting Demographic Pressures

Massive Movement of Refugees or Internally Displaced Persons creating Complex Humanitarian Emergencies

**I-2**

**I-3** Legacy of Vengeance-Seeking Group Grievance or Group Paranoia

**I-4** Chronic and Sustained Human Flight

**I-5** Uneven Economic Development along Group Lines

**I-6** Sharp and/or Severe Economic Decline

**I-7** Criminalization and/or Delegitimization of the State

**I-8** Progressive Deterioration of Public Services

Suspension or Arbitrary Application of the Rule of Law and Widespread Violation of Human Rights

**I-9**

**I-10** Security Apparatus Operates as a "State Within a State"

**I-11** Rise of Factionalized Elites

**I-12** Intervention of Other States or External Political Actors

Fonte: The Fund For Peace

Em 2007, o estudo acerca do desenvolvimento econômico, político e social dos países levou em consideração um universo de 177 países. Dentre eles, o Paquistão encontra-se na 12º posição como ilustrado no quadro abaixo.

Tabela 3 - Índice dos Estados Falidos - 2007

Rank	Países	I-1	I-2	I-3	I-4	I-5	I-6	I-7	I-8	I-9	I-10	I-11	I-12	Total
1	Sudan	9.2	9.8	10	9	9.1	7.7	10	9.5	10	9.9	9.7	9.8	113.7
2	Iraq	9	9	10	9.5	8.5	8	9.4	8.5	9.7	10	9.8	10	111.4
3	Somalia	9.2	9	8.5	8	7.5	9.2	10	10	9.7	10	10	10	111.1
4	Zimbabwe	9.7	8.7	8.8	9.1	9.5	10	9.5	9.6	9.7	9.5	9	7	110.1
5	Chad	9.1	8.9	9.5	7.9	9	8.3	9.5	9.1	9.2	9.6	9.7	9	108.8
6	Cote d'Ivoire	8.6	8.3	9.8	8.4	8	8.9	9.5	7.9	9.2	9.6	9.3	9.8	107.3
7	Democratic Republic of Congo	9.4	8.9	8.8	7.6	9.1	8	8.3	8.7	8.9	9.6	8.6	9.6	105.5
8	Afghanistan	8.5	8.9	9.1	7	8	8.3	8.8	8	8.2	9	8.5	10	102.3
9	Guinea	7.8	7.4	8.1	8.3	8.5	8.5	9.6	8.9	8.6	8.1	9	8.5	101.3
10	Central African Republic	8.9	8.4	8.8	5.5	8.6	8.4	9	8	8.2	8.9	9.3	9	101.3
11	Haiti	8.6	4.2	8	8	8.2	8.4	9.2	9	9.1	9.3	9.3	9.6	100.9
12	Pakistan	8.2	8.5	9	8.1	8.5	5.8	8.7	7.1	8.7	9.5	9.5	8.5	100.1
13	North Korea	8	6	7.2	5	8.8	9.6	9.8	9.5	9.7	8.3	7.9	7.9	97.7
14	Burma/Myanmar	8.5	8.5	9.1	6	8.9	7.6	9.1	8.3	9.8	9	8.2	4	97
15	Uganda	8.1	9.4	8.5	6	8.5	7.5	8.5	8.2	8.2	8.3	7.8	7.4	96.4
16	Bangladesh	8.6	5.8	9.6	8.4	9	6.9	9	7.4	7.8	8	9.5	5.9	95.9
17	Nigeria	8.2	5.6	9.5	8.5	9.1	5.4	9.1	8.7	7.1	9.2	9.5	5.7	95.6
18	Ethiopia	9	7.9	7.8	7.5	8.6	8	7.9	7	8.5	7.5	8.9	6.7	95.3
19	Burundi	9.1	8.9	6.7	6.7	8.8	8.2	7.1	8.9	7.5	6.8	7.5	9	95.2
20	Timor-Leste	8.1	8.5	7.1	5.3	6.5	8.5	9.5	7.9	6.9	9	8.8	8.8	94.9
21	Nepal	8.1	5.2	8.9	6.1	9.2	8.2	8.5	6.6	8.8	8.3	8.5	7.2	93.6
22	Uzbekistan	7.7	5.4	7.1	7.1	8.6	7.5	9.2	6.8	9	8.9	9.2	7	93.5
23	Sierra Leone	8.6	7.4	7.1	8.7	8.7	8.7	8	8	7	6.5	7.7	7	93.4
24	Yemen	8	6.7	7.3	7.2	8.7	8	7.8	8.1	7.2	8	9	7.2	93.2
25	Sri Lanka	7	8.6	9.5	6.9	8.2	6	8.9	6.5	7.5	8.7	9.2	6.1	93.1
26	Republic of the Congo	8.7	7.3	6.8	6.1	8.1	8.3	8.5	8.8	7.9	7.9	7.2	7.4	93
27	Liberia	8.1	8.5	6.5	6.8	8.3	8.4	7	8.6	6.7	6.9	8.1	9	92.9
28	Lebanon	6.9	8.6	9	7	7.1	6.3	7.3	6.4	7	9	8.8	9	92.4
29	Malawi	9	6	6	8	8.8	9.2	7.9	9	8	5.4	7.5	7.4	92.2
30	Solomon Islands	8.5	4.8	8	5.1	8	8	8.5	8.5	7.1	7.7	8.8	9	92
31	Kenya	8.4	8	6.9	8	8.1	7	8	7.4	7	7.1	8.2	7.2	91.3
32	Niger	9.2	5.9	8.9	6	7.2	9.2	8.2	8.8	7.1	6.7	6	8	91.2

#### Legenda

**I-1** Mounting Demographic Pressures

Massive Movement of Refugees or Internally Displaced Persons creating Complex Humanitarian Emergencies

**I-2**

**I-3** Legacy of Vengeance-Seeking Group Grievance or Group Paranoia

**I-4** Chronic and Sustained Human Flight

**I-5** Uneven Economic Development along Group Lines

**I-6** Sharp and/or Severe Economic Decline

**I-7** Criminalization and/or Delegitimization of the State

**I-8** Progressive Deterioration of Public Services

Suspension or Arbitrary Application of the Rule of Law and Widespread Violation of Human Rights

**I-9**

**I-10** Security Apparatus Operates as a "State Within a State"

**I-11** Rise of Factionalized Elites

**I-12** Intervention of Other States or External Political Actors

Fonte: The Fund For Peace

Em 2008, o Paquistão voltou à 9ª posição dos países classificados como Estados Falidos.

**Tabela 4 - Índice dos Estados Falidos - 2008**

Rank	Países	I-1	I-2	I-3	I-4	I-5	I-6	I-7	I-8	I-9	I-10	I-11	I-12	Total
1	Somalia	9.8	9.8	9.5	8.3	7.5	9.4	10.0	10.0	9.9	10.0	10.0	10.0	114.2
2	Sudan	9.0	9.6	10.0	8.8	9.3	7.3	10.0	9.5	9.9	9.8	9.9	9.9	113.0
3	Zimbabwe	9.7	9.0	9.5	10.0	9.6	10.0	9.5	9.6	9.8	9.5	9.3	7.0	112.5
4	Chad	9.1	9.2	9.7	7.8	9.1	8.3	9.7	9.4	9.5	9.8	9.8	9.5	110.9
5	Iraq	9.0	9.0	9.8	9.3	8.5	7.8	9.4	8.5	9.6	9.9	9.8	10.0	110.6
6	D. R. Congo	9.6	9.2	8.8	7.9	9.0	8.3	8.3	9.1	8.9	9.6	8.6	9.4	106.7
7	Afghanistan	9.1	8.9	9.5	7.0	8.1	8.5	9.2	8.3	8.4	9.6	8.8	10.0	105.4
8	Cote d'Ivoire	8.4	8.3	9.5	8.4	8.0	8.5	8.9	7.8	9.0	9.2	8.9	9.7	104.6
9	Pakistan	8.0	8.6	9.5	8.1	8.8	6.2	9.5	7.1	9.5	9.6	9.8	9.1	103.8
10	Central African Republic	9.0	8.8	8.9	5.5	8.8	8.4	9.2	8.6	8.7	9.4	9.4	9.0	103.7
11	Guinea	7.9	7.4	8.5	8.3	8.6	8.6	9.7	9.0	8.9	8.4	8.6	7.9	101.8
12	Bangladesh	9.8	7.1	9.7	8.4	9.0	7.1	9.1	7.8	8.0	8.3	9.6	6.4	100.3
12	Burma	8.5	8.5	9.5	6.0	9.0	7.6	9.5	8.3	9.9	9.3	8.7	5.5	100.3
14	Haiti	8.5	4.2	8.0	8.0	8.2	8.3	9.0	8.8	8.9	8.9	8.9	9.6	99.3
15	North Korea	8.2	6.0	7.2	5.0	8.8	9.6	9.8	9.6	9.7	8.3	7.6	7.9	97.7
16	Ethiopia	8.9	7.5	7.8	7.5	8.6	8.2	7.9	7.5	8.5	7.5	8.9	7.3	96.1
16	Uganda	8.7	9.3	8.3	6.0	8.5	7.6	8.3	7.9	7.9	8.1	7.8	7.7	96.1
18	Lebanon	7.2	9.0	9.4	7.1	7.4	6.3	8.0	6.7	7.0	9.3	9.4	8.9	95.7
18	Nigeria	8.2	5.1	9.4	8.2	9.2	5.9	8.9	8.7	7.5	9.2	9.3	6.1	95.7
20	Sri Lanka	7.0	9.0	9.8	6.9	8.2	6.0	9.2	6.6	8.0	9.3	9.5	6.1	95.6
21	Yemen	8.6	7.2	7.3	7.2	8.8	8.2	8.0	8.3	7.5	8.2	8.9	7.2	95.4
22	Niger	9.5	6.0	9.2	6.0	7.2	9.2	8.4	9.1	7.9	7.5	6.7	7.8	94.5
23	Nepal	8.1	5.5	9.0	6.1	9.2	8.2	8.3	7.0	8.8	8.5	8.3	7.2	94.2
24	Burundi	9.1	8.2	6.7	6.5	8.8	8.0	7.1	9.0	7.5	6.8	7.8	8.6	94.1
25	Timor-Leste	8.1	8.6	7.1	5.3	6.5	8.2	9.0	8.0	6.9	8.8	8.5	8.8	93.8
26	Kenya	8.7	8.5	7.6	8.0	8.1	6.9	8.2	7.4	7.2	7.1	8.4	7.3	93.4
26	Republic of the Congo	8.7	7.7	6.8	6.1	8.1	8.0	8.8	8.8	7.9	7.9	7.2	7.4	93.4
26	Uzbekistan	7.7	5.4	7.1	7.1	8.6	7.7	9.3	6.8	9.2	9.0	9.2	6.3	93.4
29	Malawi	9.0	6.2	6.0	8.2	8.8	9.1	8.0	9.0	7.8	5.4	7.6	7.8	92.9
30	Solomon Islands	8.7	4.8	8.0	5.1	8.0	8.0	8.7	8.5	7.1	7.7	8.8	9.0	92.4
31	Sierra Leone	8.6	7.4	6.9	8.4	8.2	8.7	7.7	8.2	7.0	6.4	7.5	7.3	92.3
32	Guinea Bissau	8.0	6.5	5.4	7.0	8.6	8.2	7.9	8.5	8.0	8.4	7.1	7.7	91.3
33	Cameroon	7.4	7.1	7.1	7.9	8.7	6.1	8.7	7.6	7.4	7.8	8.2	7.2	91.2
34	Liberia	8.1	8.4	6.0	6.5	8.3	8.3	7.0	8.5	6.7	6.7	7.9	8.6	91.0
35	Syria	6.5	9.0	8.0	6.8	8.1	6.8	8.8	5.7	8.8	7.6	7.7	6.3	90.1

#### Legenda

- I-1 Mounting Demographic Pressures
- I-2 Massive Movement of Refugees or Internally Displaced Persons creating Complex Humanitarian Emergencies
- I-3 Legacy of Vengeance-Seeking Group Grievance or Group Paranoia
- I-4 Chronic and Sustained Human Flight
- I-5 Uneven Economic Development along Group Lines
- I-6 Sharp and/or Severe Economic Decline
- I-7 Criminalization and/or Delegitimization of the State
- I-8 Progressive Deterioration of Public Services
- I-9 Suspension or Arbitrary Application of the Rule of Law and Widespread Violation of Human Rights
- I-10 Security Apparatus Operates as a "State Within a State"
- I-11 Rise of Factionalized Elites
- I-12 Intervention of Other States or External Political Actors

Fonte: The Fund For Peace

Através dessa análise, percebe-se que o Paquistão, de 2005 até 2008, atravessou um ciclo de fragmentação das suas instituições políticas, sociais e econômicas. Em quatro anos

consecutivos, o país jamais alcançou melhorias que pudessem levá-lo a patamares comparáveis com os seus vizinhos, exceto o Afeganistão.

Ainda com relação ao estudo, o país é palco para diversos problemas internos e externos, devido ao seu fraco aparato estatal. No que se refere aos aspectos sociais, o Paquistão concentra um grande número de comunidades alvos de violência e repressão e, são forçadas a se deslocarem sem qualquer amparo na proteção contra doenças, falta de comida e água limpa. Ademais, problemas de falta de alimentos têm acarretado em tensões derivadas de grupos que afetam a participação nas formas mais comuns de atividades físicas e humanas, incluindo a produtividade econômica, interação social e adoração religiosa.

Com isso, o quadro econômico e político do país é propenso para a perseguição contra determinados grupos, resultando no crescimento de comunidades exiladas e na fuga de cérebros, declínio no padrão econômico da sociedade, além da desigualdade econômica e extrema pobreza. Por conseguinte, há uma perda de confiança nas instituições do Estado por causa da falta de transparência política, o que leva a infiltração de agentes militares nos assuntos internos do Estado.<sup>135</sup>

Mais do que isso, esse estudo contradiz com todos os discursos e pensamentos que os Estados Unidos sempre defenderam com relação ao seu principal aliado no sul da Ásia. Para os americanos, o país tem fortes características democráticas, um farol que deveria estimular e servir de exemplo aos países repressores a se alinharem às políticas de Washington.

---

<sup>135</sup> FUND FOR PEACE, 2009. Disponível em: <[http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com\\_content&task=view&id=300&Itemid=466](http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=300&Itemid=466)>. Acesso em: 28 jan. 2008.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo salientar que os discursos e documentos norte-americanos voltados para a defesa da democracia não são aplicados universalmente. Nos documentos de política externa dos EUA nota-se a sistemática defesa global de um governo que se baseie nos princípios democráticos como forma de garantir a preservação dos direitos inalienáveis do homem.

Essa dicotomia entre o estabelecimento dos fatos e a sua interpretação foi alterada à medida que os interesses americanos eram afetados. Nesse aspecto, a atenção fica ligada ao sentido dos termos, ao seu uso distorcido e às afirmações ditas pela situação.

Com base em tudo o que foi exposto neste trabalho, conclui-se que por conta de interesses econômicos e políticos, os Estados Unidos sustentaram ao longo de décadas um país com fins de estabelecer uma democracia aos moldes norte-americanos. Como já ocorrido anteriormente, a política estadunidense frisou primordialmente estabelecer e difundir os seus ideais em detrimento de considerar as peculiaridades e diferenças de cada povo e religião.

Sendo assim, pode-se concluir no primeiro capítulo que a conturbada região do sul asiático foi alvo, há vários séculos, de potências imperialistas que visavam lucrar com as especiarias. De fato, após se estabelecerem, Portugal, Holanda e Inglaterra voltaram suas atenções para as rotas comerciais recém descobertas. O resultado foi positivo para os europeus que puderam extorquir das populações locais os seus bens e meios de sobrevivência, além de impor a evangelização no caso português dos povos que ali habitavam.

No segundo capítulo, depreende-se que a precoce retirada inglesa da região e, mais tarde, o surgimento de duas nações vizinhas com ideologias e religião distintas, culminou em diversos conflitos e alterou vertiginosamente o futuro do Paquistão.

Recentemente, a saída de Pervez Musharraf reacendeu a fragilidade da cooperação dos Estados Unidos em estabelecer uma democracia em um país muçulmano. Desde o interesse americano em minar a influência comunista na região, a diplomacia do Departamento de Estado esteve focada em fazer do Paquistão uma democracia modelo para o mundo muçulmano.

O problema é que os EUA usaram a democracia como justificativa para fornecer vultuosas contribuições financeiras e militares para um país que utilizou-as no fortalecimento das forças armadas. Nesse sentido, a base de apoio para qualquer presidente tornava-se essencialmente o exército. Por um breve período viveu-se um ambiente de esperança à volta

do regresso negociado de Benazir Bhutto. Tratava-se de uma tentativa de apaziguamento político entre o presidente e ela para a formação de uma coligação que desse estabilidade ao país e removesse o conturbado tablado político que assolava o país.

A instabilidade no Paquistão não é algo insignificante, ele é o sexto país mais populoso do mundo e uma das oito potências nucleares do planeta. Com a renúncia de Musharraf, o país é abalado por uma quebra-de-braço política entre governo e os demais setores do país e a sua substituição não é desejável para o Ocidente (leia-se Estados Unidos) pois ele poderia ser trocado por um aliado menos fiável na guerra contra o terror.

Conclui-se que o homem rotulado como ditador por muitos no Ocidente depois do golpe de Estado, e quase da noite para o dia tornara-se um pivô no cenário internacional, foi dito com frequência pelos americanos como um exemplo de liderança na luta contra o extremismo. Entretanto, os americanos ignoraram o panorama que configurava a situação política do seu principal aliado à medida que os avanços na guerra contra o terror eram adquiridos. Mesmo assim, nota-se que após oito anos dos atentados terroristas que justificaram a invasão no Afeganistão e a influência americana no Paquistão, os EUA pouco fizeram para frear a instabilidade que circunscrevia e circunscreve a vida dos paquistaneses até hoje.

## REFERÊNCIAS

### A. Fontes primárias

ALBRIGHT, Madeleine. *A new strategy for Pakistan*. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/2000/000121\\_inderfurth\\_pakistan.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/2000/000121_inderfurth_pakistan.html)>. Acesso em: 03 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *Dialogue, Democracy and Nuclear Weapons in South Asia*. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1999/990116\\_talbott\\_sa.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1999/990116_talbott_sa.html)>.

\_\_\_\_\_. *Pakistan, the U.S., and the Quest for Common Ground*. 1998. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1998/980128\\_oakley\\_security.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1998/980128_oakley_security.html)>. Acesso em: 03 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *Promoting Human Rights in the Pursuit of Peace: Assessing 20 Years of U.S. Human Rights Policy*. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/policy\\_remarks/1999/990303\\_inderfurth\\_saus.html](http://www.state.gov/www/policy_remarks/1999/990303_inderfurth_saus.html)>. Acesso em: 03 fev. 2009.

BHUTTO, Benazir. *Reconciliação: Islamismo, Democracia e o Ocidente*. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Adir, 2008.

POWELL, Colin. EUA. *A New Partnership with Pakistan*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02. fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *Campaign Against Terrorism*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009 October 24, 2001.

\_\_\_\_\_. *Press Briefing with Pakistani Minister of State for Foreign Affairs Inam ul Haq*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02 fev 2009.

\_\_\_\_\_. *The situation in South Asia*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/3630.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009

RICE, Condoleezza. *Remarks by President Bush and President Musharraf of Pakistan*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/p/sca/rls/rm/2006/62588.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *Remarks with Pakistani Foreign Minister Khurshid Mahmood Kasuri*. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/43563.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

EUA. Departamento de Estado. *Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor*. Disponível em: < <http://www.state.gov/g/drl/democ/index.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. *A National Security Strategy for a new Century 1998*. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/docs/nssr-98.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *The National Security Strategy 2002*. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *The National Security Strategy 2006*. Disponível em: <http://www.fas.org/man/docs/nssr-98.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2009.

LAWN, Chris. *Compreender Gadamer*. Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2007.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

## **B. Bibliografia de apoio**

CARVER, Michael. *Guerra Convencional na era nuclear*. In PARET, Peter (editor). Construtores da Estratégia Moderna. Volume 2. Rio de Janeiro, 2001, pp.443-449.

DISNEY, Anthony R. *A Decadência do Império da Pimenta*. Tradução de Pedro Jordão. São Paulo: Edições 70, 1981.

FERRO, Marc. *História das Colonizações*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Tradução de Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NAIPUL, Vidiadhar S. *Entre os fiéis: Irã, Paquistão e Malásia*. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PANIKKAR, Madhava Panikkar. *A Dominação Ocidental na Ásia*. Tradução de Nemésio Salles. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

### C. Artigos

CASTRO, Luiz Fernando Damaceno Moura e. *Paquistão se aproxima de eleições sob estado de emergência*. Disponível em:

<[http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia\\_conjuntura.php?codigo=497&lateral=6&cabecalho=29&menu=>](http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=497&lateral=6&cabecalho=29&menu=>). Acesso em: 02 fev. 2009.

MENEZES, Anna Cláudia de Santana. *Eleições no Paquistão*. Disponível em:

<[http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia\\_conjuntura.php?codigo=512&lateral=6&cabecalho=29&menu=>](http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=512&lateral=6&cabecalho=29&menu=>). Acesso em: 02 fev. 2009.

WOODWARD, Susan. *Estados falidos, o peso das palavras*. Disponível em:

<<http://www.enjeux-internationaux.org/articles/num11/pt/estados.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2009.